

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMININSTRACÃO

DEODETE CUNHA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA
A APOSENTADORIA: UM ESTUDO COM ALUNOS DE PÓS-
GRADUAÇÃO (*LATO E STRICTO SENSU*)**

Goiânia
2017

DEODETE CUNHA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA
A APOSENTADORIA: UM ESTUDO COM ALUNOS DE PÓS-
GRADUAÇÃO (*LATO E STRICTO SENSU*)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Calado

**Goiânia – GO
PPMA - UNIALFA
Agosto/2017**

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

S237e Santos, Deodete Cunha dos.
Educação financeira e planejamento financeiro para a
aposentadoria: um estudo com alunos de pós-graduação (Lato e
Stricto Sensu). / Deodete Cunha dos Santos – 2017.
95 fls.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alves Faria
(UNIALFA) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Administração - Goiânia, 2017.

Orientador (a): Prof. Dr. Luiz Roberto Calado

Inclui anexo e bibliografia

1. Educação financeira. 2. Planejamento financeiro. 3.
Aposentadoria. I. Santos, Deodete Cunha dos. II. UNIALFA –
Mestrado em Administração. III. Título.

CDU: 658.15

Folha de aprovação

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMININSTRÇÃO**

Folha de aprovação da dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Administração do Centro Universitário Alves Faria como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 05 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Roberto Calado – UNIALFA – Orientador

Prof. Dr. Bento Alves da Costa Filho – Avaliador UNIALFA

Prof. Dra. Jordânia Louse Silva Alves – Avaliador EXTERNO

**GOIÂNIA
2017**

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me conceder a oportunidade de realizar este sonho, pela força e presença em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus filhos, Pedro Lucas, Luiz Filipe e Marcos Paulo, por serem minha motivação maior e por estarem sempre ao meu lado, por compreenderem minhas ausências e principalmente pelo amor incondicional.

À minha amiga e irmã de alma, Selene, pelo estímulo, parceria e cumplicidade. Por estar ao meu lado nos momentos de aflição e me ajudar a superar os obstáculos enfrentados no meio do caminho. Amo-te, minha irmã de alma!

Ao Rafael, primeiro meu colega de sala, hoje meu amigo, pelos ensinamentos e orientação. Sua inteligência e disposição foram fundamentais para a realização deste trabalho. Muito obrigada por tudo!

Agradeço ao Centro Universitário Alves Faria, na pessoa do Professor Doutor Bento Alves da Costa Filho, pelo apoio e estrutura.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luiz Roberto Calado, pela disposição e apoio. Muito obrigada!

À Banca de Qualificação, nas pessoas dos professores Doutor Bento Alves da Costa Filho e Doutor Fernando de Rosa, pela disposição em participar da Banca.

A todos os meus colegas e professores das turmas 02/2015 e 01/2016, do Mestrado Profissional em Administração, vocês foram parceiros e amigos, uma turma que fez a diferença e enriqueceu minha experiência no mestrado.

A todas as pessoas que auxiliaram na divulgação do questionário da pesquisa e às pessoas que se disponibilizaram a respondê-lo.

Enfim, a todos que, de uma forma ou de outra, me apoiaram e auxiliaram para a concretização deste sonho.

Muito obrigada!

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”.

(Mahatma Gandhi)

Resumo

Preparar a população para a aposentadoria está no escopo da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil, e traz consigo a necessidade de que a sociedade amplie as discussões de fatores integrantes da educação financeira, entre os quais se destaca o nível de poupança e cultura previdenciária da população, com fins ao bem-estar do indivíduo na fase pós-laboral. Nessa perspectiva, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza quantitativa descritiva, que teve como objetivo identificar se há relação entre o nível de educação financeira e o planejamento financeiro para a aposentadoria, tendo como amostra alunos de pós-graduação. Para isso, realizou-se uma pesquisa *survey* com 329 alunos de pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*). Como instrumento de coleta de dados, adotou-se um questionário estruturado, composto por 48 questões, que abordou variáveis socioeconômicas e demográficas, questões relacionadas à situação de aposentadoria, questões que investigaram a atitude financeira, o comportamento financeiro e o conhecimento financeiro da amostra. Para a análise dos dados, foram utilizados métodos de estatística descritiva e multivariada. Constatou-se que o nível de educação financeira da amostra é alto, que o planejamento para a aposentadoria demonstrou relação positiva com o nível de educação financeira, e que as variáveis socioeconômicas e demográficas exercem influência sobre o nível de educação financeira. Constatou-se, também, que a dimensão atitude financeira foi a que obteve as maiores médias em relação à situação de planejamento para a aposentadoria, e que a dimensão comportamento financeiro foi a que demonstrou as menores médias. Os resultados mostraram ainda que, apesar do índice de 62% de bons resultados relativos à educação financeira identificado na amostra, apenas 37% dos entrevistados declararam ter outros tipos de previdência (excluindo a Previdência Social/INSS), e 38% declararam ter a previdência social como a única condição de aposentadoria, e 24% declararam não possuir nenhum tipo de plano para esse fim.

Palavras-chave: Conhecimento financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro, educação financeira, planejamento para aposentadoria.

Abstract

To prepare the population for retirement is in the scope of Brazil's National Strategy of Financial Education, and it brings with it the need for society to broaden the discussions of factors that are part of financial education, including the level of savings and social security culture of the population, for the well-being of the individual in the post-employment phase. In this perspective, a quantitative descriptive research was developed, aiming to identify the relationship between the level of financial education and the financial planning for retirement, taking post-graduate students as a sample. For this, a research survey was carried out with 329 post-graduate students. As a data collection instrument, a structured questionnaire was adopted, composed of 48 questions, which addressed socioeconomic and demographic variables, questions related to the retirement situation, questions that investigated the financial attitude, the financial behaviour and the financial knowledge of the sample. For the analysis of the data, descriptive and multivariate statistical methods were used. It was found that the level of financial education of the sample was high, that the planning for retirement demonstrated a positive relationship with the level of financial education, and that the socioeconomic and demographic variables influence the level of financial education. It was also found that, financial attitude obtained the highest averages in relation to planning for retirement, and that financial behavior showed the lowest averages. The results also showed that, despite the 62% index of good results related to financial education identified in the sample, only 37% of respondents reported having other types of security (excluding Social Security / INSS), of which 38% declared having social security as the only condition of retirement, and 24% declared that they did not have any type of plan for this purpose.

Keywords: Financial knowledge, financial attitude, financial behavior, financial education, retirement planning.

Lista de Figuras

Figura 1 -	Estrutura da ENEF -----	33
Figura 2 -	Formas de preparo do brasileiro para aposentadoria -----	40
Figura 3 -	Evolução Índice de Educação Financeira -----	48
Figura 4 -	Fluxo do processo de pesquisa -----	50
Figura 5 -	Modelo proposto do trabalho -----	60
Figura 6 -	Representação do <i>cluster</i> com e sem aplicação do termômetro ---	68

Lista de Quadros

Quadro 1 - Principais conceitos relacionados à educação financeira -----	25
Quadro 2 - Países membro do G20 e índice de educação financeira -----	31
Quadro 3 - Objetivos, competências e conceitos relacionados à ENEF -----	35
Quadro 4 - Principais instrumentos e dimensões que mensuram a educação financeira -----	44
Quadro 5 - Resumo metodológico proposto para levantamento dos dados ----	49
Quadro 6 - Síntese do instrumento de coleta de dados -----	54
Quadro 7 - Técnicas estatísticas e finalidades de sua aplicação -----	56
Quadro 8 - Tipo de moradia vs situação em face da aposentadoria -----	77

Lista de Tabelas

Tabela 1 -	Informações socioeconômica e demográfica -----	62
Tabela 2 -	Resultados da construção dos clusters -----	67
Tabela 3 -	Aplicação do termômetro aos dados -----	69
Tabela 4 -	Distribuição das variáveis socioeconômica e demográfica em relação aos níveis de educação financeira -----	70
Tabela 5 -	Resultado da ANOVA não paramétrica -----	72
Tabela 6 -	Resultado da MANOVA -----	74
Tabela 7 -	Distribuição das variáveis socioeconômica e demográfica vs situação em face da aposentadoria -----	75
Tabela 8 -	Situação em face da aposentadoria vs nível de educação financeira, posse de produtos de investimento e de proteção ----	78
Tabela 9 -	Resultado ANOVA - Situação em face da aposentadoria vs atitude, comportamento e conhecimento financeiro -----	79
Tabela 10 -	Relação tipo de previdência vs nível de educação financeira ----	80
Tabela 11 -	Pontuação da educação financeira -----	80
Tabela 12 -	Pontuação dos construtos vs tipos de previdência -----	80

Lista de Gráficos

Gráfico 1 -	Tipo de moradia -----	63
Gráfico 2 -	Tipos de planos de aposentadoria -----	64
Gráfico 3 -	Produtos de proteção -----	64
Gráfico 4 -	Tipos de investimentos -----	65

Lista de Abreviaturas e Siglas

BCB – Banco Central do Brasil

CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira

COREMEC - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

CP - Comissão Permanente

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira

GAP - Grupo de Apoio Pedagógico

INDEF - Índice de Educação Financeira

INFE - Rede Internacional de Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

Sumário

1	INTRODUÇÃO -----	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA -----	18
1.2	OBJETIVOS DO ESTUDO -----	20
1.3	RELEVÂNCIA E MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO -----	20
1.4	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO -----	22
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA -----	23
2.1	TEORIAS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA -----	23
2.2	DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA -----	26
2.2.1	Conhecimento Financeiro -----	26
2.2.2	Atitude Financeira -----	27
2.2.3	Comportamento Financeiro -----	27
2.3	ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL -	28
2.4	ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL -----	32
2.5	PLANEJAMENTO PARA A APOSENTADORIA -----	36
2.6	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INSTRUMENTOS DE MENSURAÇÃO -----	41
3	MÉTODO -----	49
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA -----	49
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA -----	51
3.3	PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS -----	53
4	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS -----	56
4.1	ANÁLISE DO PERFIL DA AMOSTRA -----	61
4.2	IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA -----	65
4.3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PLANEJAMENTO PARA A APOSENTADORIA -----	75
5	CONCLUSÃO -----	81
5.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA -----	84
5.2	CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS -----	85
5.3	PROPOSIÇÃO PARA ESTUDOS FUTUROS -----	86
	REFERÊNCIAS -----	87

APÊNDICE A - Termo de Livre Consentimento -----	94
PÊNDICE B - Questionário de pesquisa -----	95

1 INTRODUÇÃO

Estudos que envolvem educação financeira têm recebido destaque no meio acadêmico. Diversos trabalhos publicados, tanto no Brasil quanto no exterior, evidenciam a relevância dessa matéria para o dia a dia dos indivíduos, uma vez que estes constantemente precisam tomar decisões de cunho financeiro visando a seu próprio bem-estar. De acordo com Lusardi e Mitchell (2014), a alfabetização financeira melhora a análise de investimentos, financiamentos, pagamentos a crédito, planos para aposentadoria, entre outros.

O tema educação financeira, geralmente associado ao campo das finanças, vem se alterando à medida que governos e sociedades do mundo todo têm ampliado a discussão sobre esse assunto, em face ao aspecto vital atribuído ao tema para o bom funcionamento de todo o sistema econômico de uma nação. Em um esforço conjunto para levar o assunto educação financeira para todas as esferas institucionais de suas sociedades, assim como promover melhorias no nível de educação financeira de suas populações, diversos países (Arménia, República Checa, Estónia, Alemanha, Hungria, Irlanda, Malásia, Noruega, Peru, Polónia, África do Sul, Reino Unido, Albânia e Ilhas Virgens Britânicas), inclusive o Brasil, passaram a desenvolver estratégias nacionais de educação financeira sob a orientação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A expectativa de vida da população está aumentando, as pessoas estão vivendo mais, o que vem acarretando uma alteração na estrutura da pirâmide etária populacional. Esse cenário de mudanças implica em novas perspectivas para o futuro econômico dos países, trazendo consigo a necessidade de que a sociedade amplie as discussões de fatores integrantes da educação financeira, entre os quais se destaca o nível de poupança e cultura previdenciária da população. Nas últimas décadas, tais mudanças demográficas têm colocado em crise a sustentabilidade de regimes previdenciários puramente alicerçados em repartição simples, ou seja, em sistemas em que as contribuições obrigatórias da população ativa cobrem o pagamento dos benefícios da geração aposentada.

Mesmo países desenvolvidos têm tido uma difícil tarefa relacionada à preparação financeira adequada de sua população para a aposentadoria. Se por um lado, o envelhecimento da população espelha a conquista de avanços na área da

saúde e na qualidade de vida, por outro lado, ele também representa ameaças à sustentabilidade do direito a seguridade social. Um exemplo é a elevação da taxa de dependência demográfica, a qual demonstra o percentual de idosos em relação ao restante da população. Por exemplo, a taxa de dependência esperada no ano de 2030 na União Europeia é de 39,1%. Isso significa que nessa área geográfica existirão menos de três pessoas em idade de trabalho para cada cidadão acima dos 64 anos. É previsto que tal fenômeno seja ainda maior em 2050, quando a taxa de dependência estimada é de 50,3% (EUROSTAT, 2017).

No Brasil, de acordo com dados do IBGE (2016), enquanto o número de pessoas com 60 anos ou mais de idade passará de 19,6 milhões para 66,6 milhões, entre 2010 e 2050, o que representa um aumento de 239,0%, o grupo de 0 a 14 anos de idade reduzirá de 49,9 milhões para 31,8 milhões, configurando um decréscimo de 36,2%. Em decorrência disso, fica evidente a necessidade de implantação de estratégias e ações visando a educação financeira e previdenciária da população, bem como de novas políticas na área da previdência social.

Há uma intrínseca relação entre educação financeira e educação previdenciária, especificamente pela relação de aspectos comuns entre ambas, como o controle do consumo e seu impacto na formação de reservas de poupança (BACEN, 2013). A interação desses dois fatores como determinante no bem-estar do indivíduo na fase pós-laboral faz da educação financeira uma importante ferramenta de disseminação da cultura previdenciária em âmbito mundial. Essa constatação inseriu definitivamente o sistema previdenciário no escopo da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil.

Em linhas gerais, a Estratégia Nacional de Educação Financeira brasileira se constitui em um grande plano de ações coordenadas e propostas de integração entre as diversas esferas da sociedade, pública e privada, com o objetivo de difundir a cultura de educação financeira entre a população brasileira. No Brasil, a ENEF, criada em 2009, instituída pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), do qual faz parte, entre outras entidades, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), desenvolve um papel importante na orientação das atividades previdenciárias do país.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico define educação financeira como sendo o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão a respeito de produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, a partir de informação e orientações claras, possam desenvolver habilidades e confiança necessárias para tomar decisões fundamentais e seguras, melhorando o seu bem-estar (OCDE, 2013).

À medida que indivíduos se aproximam e atravessam o limiar de aposentadoria, é crucial saber se eles realmente sabem como planejar a aposentadoria e se eles parecem capazes de executar esses planos de forma eficaz.

Nesse contexto, preparar a população para aposentadoria é um dos princípios propostos pela OCDE, e consiste em programas de educação financeira voltados para aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros e proteção (OCDE, 2005).

Um indivíduo pode possuir conhecimento financeiro, mas não possuir a habilidade e a confiança necessárias para aplicar esse conhecimento nas suas tomadas de decisões (HUSTON, 2010). O conhecimento financeiro por si só não é suficiente para a gestão eficaz das finanças, uma vez que a atitude financeira influencia o comportamento financeiro (XIAO; TANG; SERIDO; SHIM, 2011). Seguindo essa mesma abordagem, Lusardi e Mitchell (2010) citam fortes ligações entre o conhecimento financeiro e o comportamento financeiro.

Isto posto, além de incentivar a disseminação de ações e programas de educação financeira nas diversas esferas institucionais do país, o plano diretor da ENEF estabelece a necessidade de acompanhamento amplo e contínuo de avaliação dessas ações e programas. Segundo o plano diretor, é imprescindível avaliar a eficiência, a eficácia e, principalmente, a efetividade das ações de educação financeira implantadas, pois essa é uma forma objetiva de se analisar se a ação produziu, de fato, alguma mudança duradoura de comportamento do público objeto da estratégia, que somente é perceptível com mudança de comportamento ou atitude em relação ao uso do dinheiro e aos hábitos de consumo, que somente é mensurável em médio e longo prazo (BRASIL, 2009).

Potrich, Vieira e Ceretta (2013), em estudo sobre o nível de alfabetização financeira de estudantes universitários da região Sul do Brasil, comentam que, apesar do bom resultado verificado pelo nível de conhecimento financeiro da amostra estudada, o comportamento financeiro dos estudantes não foi satisfatório por não existir o hábito de poupança.

No contexto mundial, não obstante as diferenças econômicas e culturais, a situação da população frente ao planejamento e preparação para a aposentadoria é semelhante em diferentes nações, a exemplo dos resultados apresentados nos estudos de Lusardi *et al.* (2011), Eurostat (2017) e SPC Brasil (2016).

A maioria dos americanos mais velhos não está de todo confiante sobre a eficácia de seus esforços para a aposentadoria (LUSARDI; MITCHELL, 2011). Lusardi *et al.* (2011) trazem em seu estudo que menos de um terço dos adultos com mais de 50 anos de idade não conseguiram nenhum tipo de plano de poupança visando à aposentadoria. Aqueles que não conseguiram realizar seus planos de poupança, também são aqueles menos conscientes dos conceitos econômicos fundamentais que impulsionam o bem-estar do ciclo da vida (LUSARDI; MITCHELL, 2011).

No Brasil, um estudo realizado por SPC Brasil e CNDL (2016), no período de 16 de março a 03 de junho de 2016, mostra que somente um terço dos brasileiros se planejam para a aposentadoria, excluindo o INSS. Do total de 703 entrevistados, 74,1% responderam que a contribuição para o INSS é a única forma de contribuição para a aposentadoria, realizada de forma autônoma ou compulsória pela empresa em que trabalham. Isso reforça que o brasileiro ainda não coloca a preparação para a aposentadoria como prioridade na sua vida financeira, e mostra-se dependente do benefício do Governo, o que é considerado uma preparação insuficiente para atravessar a terceira idade sem grandes dificuldades (SPC; CNDL, 2016).

Diante da relevância do tema e da necessidade de se avaliar os impactos das ações em educação financeira no Brasil, surge a seguinte questão de pesquisa: **“Existe relação entre o nível de educação financeira e o planejamento financeiro para a aposentadoria?”**.

Desta forma, procurando responder à questão apresentada, este trabalho tem os seguintes objetivos:

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Objetivo Geral:

Identificar se há relação entre o nível de educação financeira e o planejamento financeiro para a aposentadoria, considerando as dimensões conhecimento financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro e o perfil socioeconômico de uma amostra de alunos de pós-graduação.

Objetivos Específicos:

- Analisar o perfil socioeconômico da amostra (idade, gênero, estado civil, tipo de moradia, renda, natureza da ocupação, poupança, previdência, proteção, consumo de produtos financeiros de investimento);
- Identificar o nível de educação financeira com a aplicação de instrumento de mensuração;
- Identificar quais dimensões da educação financeira mais se destacam para o planejamento da aposentadoria;
- Verificar se o nível de educação financeira influencia o planejamento para a aposentadoria.

1.3 RELEVÂNCIA E MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO

Estudos que envolvem educação financeira têm recebido importância no meio acadêmico e entre entidades privadas e governamentais, tanto no Brasil quanto no exterior, evidenciando a relevância do tema para o dia a dia das pessoas. Isso se dá, pois, frequentemente, tais pessoas precisam tomar decisões de ordem financeira visando a seu próprio bem-estar.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) propõe ações conjuntas entre instituições públicas e privadas e estabelece políticas de caráter permanente por meio de gestão centralizada para estabelecer harmonia metodológica entre os programas, e execução descentralizadas para abranger toda a população brasileira. De acordo com a ENEF, estudantes universitários fazem parte do público-alvo adulto da estratégia brasileira (BRASIL, 2009).

Conforme a pesquisa Índice de Educação Financeira (INDEF) (SERASA, 2015), no que diz respeito à escolaridade, as pessoas com formação superior são as que têm maiores níveis de educação financeira, e aquelas com até ensino fundamental são as que têm menores níveis. A última pesquisa SERASA (2015) trouxe um dado que requer reflexão de todos os envolvidos na Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil: “Nível de conhecimento do brasileiro sobre educação financeira aumentou, mas ainda não se reflete no comportamento”. A dimensão conhecimento que compõe o INDEF, em uma escala de 1 a 10, atingiu nota 7,7 e a dimensão comportamento obteve nota 5,5, demonstrando que há uma lacuna entre a teoria e a aplicação do conhecimento (SERASA, 2015).

Corroborando os dados da Serasa, outra pesquisa recente realizada pelo SPC Brasil (2016) mostra que somente um terço dos brasileiros se planejam para a aposentadoria, excluindo o INSS. Grande parte dos brasileiros não tem como prioridade financeira a preparação para a aposentadoria, tampouco, são conscientes da importância de pensar no futuro e no planejamento de renda complementar para manter o padrão de vida adquirido ao longo da vida laboral e garantir um envelhecimento digno.

Neste contexto, o trabalho é considerado relevante, pois visa identificar o nível de educação financeira de uma população objeto da ENEF, alunos universitários de pós-graduação, e avaliar seu comportamento e atitude em relação ao planejamento financeiro pessoal para a formação de poupança e aposentadoria, dado o seu nível de educação financeira e seu nível de escolaridade.

A pesquisa também é relevante para o meio acadêmico por sugerir outros trabalhos de pesquisa, com delineamento de novas perguntas, abordagem teórico-metodológica e linha de pesquisa. Também poderá auxiliar as instituições de ensino a criarem novas propostas e programas ligados ao tema, bem como introduzirem ações e parcerias em eventos promovidos pelos órgãos e entidades que participam da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

1.4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Este trabalho está organizado da seguinte forma:

A primeira parte, já apresentada, é composta pela Introdução, Problema de Pesquisa, Objetivos Geral e Específicos, além da Relevância e Motivação para o Estudo.

A segunda parte abrange a Fundamentação Teórica do trabalho, focado nos temas: Teorias sobre Educação Financeira; Dimensões da Educação Financeira; Estratégia de Educação Financeira Internacional e no Brasil; Planejamento para a Aposentadoria e Instrumentos de Mensuração de Educação Financeira, tendo como objetivo de familiarizar e esclarecer o leitor acerca das abordagens teóricas que amparam este estudo.

A terceira parte traz o Método de Pesquisa e as Técnicas de Análises utilizadas. Nesse capítulo, procurar-se-á contextualizar a estratégia de investigação que foi utilizada no trabalho, bem como o procedimento amostral, as características da amostra e a coleta de dados.

Na quarta parte, consolida-se o trabalho de campo, apresentando a Análise dos Dados e a Discussão dos Resultados da Pesquisa.

A quinta parte traz as principais Conclusões, bem como as Limitações e Sugestões de Pesquisas Futuras.

Por fim, na sexta e última parte, são apresentadas as Referências que serviram de base para o trabalho, além dos anexos com informações e detalhes adicionais sobre a pesquisa realizada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são abordadas as teorias que serviram de base para elaboração do trabalho. As referências foram eleitas considerando as evidências teóricas que alicerçam o tema educação financeira e planejamento para a aposentadoria.

2.1 TEORIAS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2013) define alfabetização financeira como sendo uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras e alcançar o bem-estar financeiro individual. No entanto, não há um consenso sobre a definição de alfabetização financeira, traduzida do termo em inglês *Financial Literacy*.

Existem algumas discussões acerca da utilização do termo alfabetização financeira como sinônimo de educação financeira. Potrich, Viera e Kirsch (2014) chamam a atenção para os problemas da utilização do termo alfabetização financeira como sinônimo de educação financeira ou conhecimento financeiro, destacando que alfabetização financeira vai além de educação financeira. Lusardi (2014) distingue os termos e considera alfabetização financeira como sendo os conceitos básicos que são importantes para as decisões financeiras, o que vai além do conhecimento, e define educação financeira como sendo o caminho por meio do qual tornamos as pessoas alfabetizadas financeiramente. Neste trabalho, será adotado o termo “educação financeira” por ser o termo utilizado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Outros autores, como Húng, Parker e Young (2009), conceituam que a alfabetização financeira consiste na capacidade de utilizar os conhecimentos e as habilidades adquiridas para gerir de forma eficaz os recursos, proporcionando bem-estar financeiro. Os autores defendem que a alfabetização financeira pode ser elucidada por quatro variáveis: conhecimento financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro e habilidade financeira, que estão correlacionadas entre si, sendo que o conhecimento financeiro coordena as atitudes, as quais, por sua vez,

influenciam o comportamento de gestão financeira (HUNG; PARKER; YOONG, 2009).

Huston (2010) defende que a alfabetização financeira possui duas dimensões: (i) o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal ou a educação financeira; e (ii) a sua utilização, ou seja, a aplicação de tais conhecimentos na gestão das finanças pessoais.

O indivíduo, para ser considerado alfabetizado financeiramente, deve deter um conjunto de conhecimentos e habilidades associados com a capacidade de aplicação desses conhecimentos e habilidades (MOORE, 2003). No entanto, ainda é possível que o indivíduo não seja considerado alfabetizado financeiramente, se ele não tem a habilidade e a confiança necessárias para aplicação desses conhecimentos (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013).

O Quadro 1, adaptado de Potrich, Viera e Kirch (2014), sintetiza os principais conceitos relacionados à educação financeira.

Quadro 1- Principais conceitos relacionados à educação financeira

Conceitos de educação financeira	Dimensões	Autores
A escolha de inúmeras alternativas para o estabelecimento dos objetivos financeiros.	Escolha eficaz	Criddle (2006)
A capacidade de compreender a informação financeira e tomar decisões eficazes, utilizando essa informação.	Compreensão e decisão	Servon e Kaestner (2008); Robb, Babiarz e Woodyard (2012)
Processo em que indivíduos e sociedade melhoram sua compreensão dos conceitos de produtos financeiros, com informação, formação e orientações claras, e adquirem valores e competências para se tornarem conscientes das oportunidades e fazerem escolhas bem informadas.	Informação, formação e orientação	Brasil (2009)
A capacidade de usar o conhecimento e as habilidades adquiridas para uma melhor gestão.	Conhecimento financeiro e habilidades	Hung, Parker e Yoong (2009)
A capacidade de tomar decisões simples no contexto cotidiano das escolhas financeiras.	Decisões cotidianas	Lusardi e Tufano (2009)
O capital humano mais específico, medido por meio de questões de conhecimentos financeiros.	Conhecimento financeiro	Lusardi e Tufano (2009); Robb e Sharpe (2009)
O conhecimento financeiro e a aplicação desse conhecimento, com autoconfiança na tomada de decisões financeiras.	Conhecimento financeiro e aplicação do conhecimento	Huston (2010)
A tomada de decisões financeiras informadas.	Decisões financeiras	Remund (2010)
Vai além da ideia básica da educação financeira, em que a influência do conhecimento financeiro sobre o comportamento é mediada pelas atitudes financeiras.	Conhecimento, comportamento e atitudes	Norvilitis e MacLean (2010); Xiao <i>et al.</i> (2011)
Engloba a alfabetização financeira em três dimensões: o conhecimento financeiro, a atitude financeira e o comportamento financeiro.	Conhecimento, atitude e comportamento financeiro.	Atkinson e Messy (2012); OECD (2013)
Mensurada mediante um conjunto de perguntas que avaliam conceitos financeiros básicos, tais como capitalização de juros, inflação e diversificação de risco.	Conhecimento financeiro	Lusardi e Mitchell (2013)
Capacidade do indivíduo em assimilar conceitos de finanças, enxergar sua relação com o uso do dinheiro e ações de planejamento de consumo.	Conhecimento, atitude e comportamento financeiro	Serasa e Ibope (2014)

Fonte: Adaptado de Potrich *et al.* (2014)

Apesar das diversas formas com que o termo educação financeira é abordado, grande parte das abordagens sobre o tema contempla o conhecimento de conceitos financeiros, habilidades para comunicar conceitos financeiros, atitude para gerenciar as finanças pessoais e habilidades para tomar decisões financeiras apropriadas, bem como confiança para planejar as necessidades financeiras futuras (REMUND, 2010).

2.2 DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Conforme ilustrado no Quadro 1, várias são as dimensões relacionadas à educação financeira. Hung, Parker e Yoong (2009) argumentam que a educação financeira pode ser explicada por quatro variáveis: conhecimento financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro e habilidade financeira, as quais se correlacionam entre si, sendo que o conhecimento financeiro coordena as atitudes, que, por sua vez, influenciam o comportamento de gestão financeira.

Neste sentido, serão apresentados alguns conceitos relacionados a cada dimensão, tendo em vista, a relevância de sua compreensão para melhor analisar o nível de educação financeira das pessoas, objeto deste estudo.

2.2.1 Conhecimento Financeiro

Para a OCDE, o conhecimento financeiro é que determina se o indivíduo é financeiramente alfabetizado por englobar conceitos relacionados a juros simples e compostos, inflação, risco e retorno (ATKINSON; MESSY, 2012). O conhecimento é a medida de quanto um indivíduo é capaz de compreender as informações financeiras (HUSTON, 2010). Para Delavande, Rohwedder e Wills (2008), a dimensão do conhecimento financeiro é uma forma particular de capital humano que se adquire ao longo do ciclo de vida, por meio da aprendizagem de assuntos que afetam a capacidade para gerir receitas, despesas e poupança de forma eficaz. O conhecimento avalia o entendimento sobre conceitos financeiros (SERASA; IBOPE, 2015).

Há uma variação importante no conhecimento financeiro da população. Por exemplo, as mulheres pontuam mais baixo do que os homens em medidas de sofisticação financeira, enquanto pessoas com ensino superior, renda alta e pessoas mais velhas estão associadas com maiores pontuações de sofisticação financeira (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLS, 2008).

Várias são as discussões acerca dos reflexos do conhecimento financeiro no processo de educação financeira. O indivíduo pode possuir vasto conhecimento financeiro, mas não ser considerado educado financeiramente, por não possuir a habilidade e a confiança necessárias para aplicar esse conhecimento nas suas tomadas de decisões. As informações adquiridas sobre assuntos financeiros

precisam de um tempo para se transformar em bons hábitos (SERASA; IBOPE, 2015).

2.2.2 Atitude Financeira

Na literatura, encontramos que a atitude é aprendida pelo indivíduo ao longo do tempo. Para Michener, Delamater e Myers (2005), as atitudes são desenvolvidas ao longo de um processo social ou de socialização do indivíduo, e cada um de nós apresenta atitudes diversas e distintas, que são ativadas em nossas mentes e podem ser formadas pela exposição a objetos, por meio de experiência direta, de associações de estímulos e respostas, ou da aprendizagem por observação. A atitude é útil para se entender como os seres humanos avaliam os objetos, as pessoas e situações. No processo de tomada de decisão é fundamental saber como que se dá esse processo avaliativo para que a pessoa tome a decisão mais adequada para si e realize, por fim, o comportamento (ação), entrando em coerência com sua decisão selecionada (PORTO, 2006). Para a Serasa e Ibope (2015), a atitude considera como a pessoa interpreta sua relação com o dinheiro.

Nos estudos sobre alfabetização financeira, a atitude é considerada um elemento importante (ATKINSON; MESSY, 2012), pois o comportamento financeiro é fortemente influenciado pela atitude financeira (XIAO; TANG; SERIDO; SHIM, 2011).

2.2.3 Comportamento Financeiro

O comportamento financeiro também é um elemento essencial da educação financeira, e sem dúvida o mais importante (OECD, 2013). Segundo Atkinson e Messy (2012), os resultados positivos de ser financeiramente alfabetizado são movidos pelo comportamento, por exemplo, o planejamento de despesas e a construção da segurança financeira. Por outro lado, certos comportamentos, tais como o uso excessivo de crédito, podem reduzir o bem-estar financeiro.

No estudo de Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014) intitulado *Financial Literacy, Financial Education and Downstream Financial Behavior*, os autores analisaram 201 estudos empíricos que avaliaram os efeitos de programas de educação financeira. Eles concluíram que ações de educação financeira têm pouco

efeito sobre o comportamento financeiro das pessoas. O trabalho de Fernandes *et al.* (2014) sugere que programas de educação financeira, que se resumem a intervenções com informações pontuais, parecem não contribuir muito para favorecer o comportamento financeiro. Ainda, de acordo com os autores, o investimento em educação financeira poderia ser mais bem-sucedido se mais focado em comportamento e habilidades dos cidadãos, do que em ensinar conceitos financeiros. Os autores aconselham que um viés comportamental da educação financeira poderia surtir mais efeitos.

Em pesquisa recente concluída pela Serasa e Ibope (2015), foi apresentado que o nível de conhecimento do brasileiro sobre Educação Financeira aumentou, mas sem reflexo no seu comportamento. A dimensão conhecimento, que compõe o Indicador de Educação Financeira, atingiu nota 7,7 na edição 2015. Mas, apesar de o consumidor estar mais informado, a nota do comportamento em relação às finanças ficou em 5,5. Os resultados ilustraram que a dimensão conhecimento, por si só, não define o bom nível de educação financeira da população. A lacuna natural existente entre a teoria e a prática justifica a dimensão conhecimento ter aumentado e comportamento não (SERASA; IBOPE, 2015).

O conhecimento financeiro, somado a outros fatores como esforço, atenção, autocontrole, consciência e capacidade de planejar, favorece para a capacidade financeira de um indivíduo que é revelada pelo comportamento (HELPPIE; KAPINOS; WILLIS, 2010).

2.3 ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é um fórum único, em que governantes de 35 países trabalham em conjunto para responder a desafios econômicos, sociais e ambientais da globalização. A OCDE também está à frente dos esforços para compreender e auxiliar os governos a responder aos novos desafios e preocupações, tais como governança corporativa, economia da informação e os desafios referentes ao envelhecimento da população (OCDE, 2005). O foco de atuação da organização não se restringe apenas aos aspectos econômicos, havendo projetos nas áreas sociais, ambiental, de educação e geração de emprego.

Entre os principais objetivos da OCDE estão: (i) promover o desenvolvimento econômico; (ii) proporcionar novos postos de emprego; (iii) melhorar a qualidade de vida da população; (iv) contribuir para o crescimento do comércio mundial; (v) proporcionar acesso à educação para todos; (vi) reduzir a desigualdade social; (vii) disponibilizar sistemas de saúde eficaz (OCDE, 2005).

Como consequência, a educação financeira tornou-se um importante instrumento de estabilidade e desenvolvimento econômico e financeiro, refletindo na aprovação dos princípios sobre as Estratégias Nacionais para a Educação Financeira da OCDE. Os Princípios de Alto Nível sobre Estratégias Nacionais de Educação Financeira foram desenvolvidos pela Rede Internacional de Educação Financeira (OCDE / INFE, 2013), que contou com o envolvimento de representantes de mais de 100 economias, incluindo todos os membros do G20 e organizações internacionais relevantes. O desenvolvimento dos Princípios de Alto Nível começou por uma avaliação das práticas existentes entre os membros da Rede Internacional de Educação Financeira, que ocorreu entre o período de julho de 2010 e março de 2012.

Os princípios relevantes da OCDE/INFE (2013) para Estratégias Nacionais de Educação Financeira apresentam uma abordagem coordenada e consistem em um quadro de programa adaptado, que:

- reconhece a importância da educação financeira e define o seu significado e âmbito a nível nacional em relação às necessidades nacionais, incluindo-a na legislação dos países. O processo para o desenvolvimento e a concepção de Estratégias Nacionais devem abordar desafios nacionais específicos e ser objetivos políticos de curto e longo prazo;
- envolve a cooperação das diferentes partes interessadas, bem como a identificação de um líder ou órgão coordenador. A estrutura deve ser adaptada às circunstâncias nacionais e ser flexível. Deve também possuir mecanismos transparentes de coordenação e de governança com uma autoridade líder identificada, responsabilidades e papéis comuns, claramente definidos para as partes interessadas;
- estabelece um roteiro para alcançar objetivos específicos e predeterminados dentro de um período de tempo. A estratégia deve abranger a concepção de um roteiro adaptado, incluindo uma visão intersectorial, objetivos realistas, mensuráveis e calendarizados, bem como a definição de

prioridades políticas e públicos-alvo. Deve igualmente prever uma avaliação de impacto global e indentificar os recursos apropriados;

- fornece orientações a serem aplicadas por programas individuais de modo a contribuírem adequadamente para a Estratégia Nacional. Os programas devem fornecer roteiros ideais e orientações sobre a entrega, implementação e avaliação de programas dedicados a educação financeira.

Aderente às orientações da OCDE para a educação financeira, países no mundo inteiro têm implementado suas Estratégias Nacionais.

A Federação dos Bancos Europeus elaborou um guia resumo com as estratégias de educação financeira que estão sendo implementadas na Europa (EUROPEAN BANKING FEDERATION, 2015). O relatório informa que a educação financeira é conteúdo obrigatório do currículo escolar em 15 países da Europa. Também indica a existência de mídias em plataformas on-line e websites, destinadas para a educação do público jovem, estudantes, consumidores de serviços financeiros e cidadãos em geral. Observa-se que a maioria dos programas é de iniciativa do setor privado bancário, frequentemente financiado e promovido por organizações e instituições financeiras. Quando a iniciativa é pública, normalmente o programa é mantido por órgãos de supervisão do sistema de serviços financeiros ou agências relacionadas ao consumidor.

Na Dinamarca, por exemplo, um dos países da Europa com o maior índice de educação financeira, 71%, segundo a pesquisa de Klapper, Lusardi e Oudheusden (2014), os financiamentos das ações de educação financeira são de iniciativa privada e essencialmente para jovens. As iniciativas envolvem aulas de finanças pessoais organizadas por Danish Banking Association com uso de ferramentas da web: Aulas de finanças pessoais durante a *Semana do Dinheiro Pengeugen* (www.pengeuge.dk); e *Money and Pensions Panel* organiza campanhas com conteúdo online no website www.raadtilpenge.dk, via Facebook ou aplicativos para smartphones.

Já na Suíça, a Rede *Goste de suas finanças* (www.gilladinekonomi.se), que reúne mais de 60 membros, entre eles autoridades governamentais, organizações financeiras, bancos, fundos de pensão e sindicatos, participa contribuindo com tempo e conhecimento e assiste consumidores em geral e estudantes.

Também na Noruega, outro país do G20, a ferramenta digital *Run your own life* (www.sjefiegetliv.husbanken.no), da Finance Norway e outros parceiros, ensina jovens sobre a relação entre dinheiro, despesas e poupança.

O Quadro 2 apresenta um resumo dos países que integram o G20 e os respectivos índices de educação financeira obtidos por cada país, à exceção dos índices da Islândia e da Turquia, que não constam na pesquisa de Klapper *et al.* (2014).

Quadro 2 – Países membro do G20 e índice de educação financeira

País	Educação Financeira %	País	Educação Financeira %
Austrália	64	Áustria	53
Bélgica	55	Canadá	68
Chile	41	República Checa	58
Dinamarca	71	Estônia	54
Finlândia	63	França	52
Alemanha	66	Grécia	45
Hungria	54	Israel	68
Irlanda	55	Japão	43
Itália	37	Letônia	48
Coréia do Sul	33	México	32
Luxemburgo	53	Nova Zelândia	61
Países Baixos	66	Portugal	26
Noruega	71	Eslovênia	44
República Eslovaca	48	Suécia	71
Espanha	49	Peru	28
Suíça	57	USA	57
Reino Unido	67		

Fonte: Adaptado de OCDE (2016) e Klapper *et al.* (2014)

O trabalho de Klapper, Lusardi e Oudheusden (2014), realizado para S&P *Ratings Services Global Financial Literacy Survey*, apresentou uma pesquisa considerada como a de mais alto nível global sobre educação financeira. O trabalho envolveu iniciativas de organizações como a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A conclusão da pesquisa mostra que em todo o mundo, um em três adultos expressa uma compreensão de conceitos básicos de finanças. Os autores consideraram a pessoa alfabetizada financeiramente quando capaz de responder corretamente a pelo menos três de quatro conceitos básicos de finanças, a saber: diversificação de risco, inflação, juros simples e juros compostos.

Muitos estudos têm sido realizados a fim de mensurar e analisar o nível de educação financeira dos indivíduos. Lusardi, Mitchell e Curto (2010) realizaram uma pesquisa com jovens adultos dos Estados Unidos. Os autores observaram um baixo

nível de educação financeira, uma vez que, apenas 27% dos jovens adultos entrevistados foram capazes de efetuar cálculos relacionados à inflação, diversificação, risco e taxas de juros.

Em pesquisa de Atkinson e Messy (2012) realizada em quatorze países, todos membros da OCDE, utilizou um instrumento de pesquisa desenvolvido pelo OCDE/INFE acerca de conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro. Nesse estudo, Atkinson e Messy (2012) concluíram que a maioria dos indivíduos possui um grau muito baixo de conhecimento financeiro, com baixa compreensão de conceitos financeiros do cotidiano, como juros compostos, risco e diversificação.

2.4 ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Com o objetivo de propor a estratégia nacional de educação financeira no Brasil, foi instituído, em 2007, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização, e foi denominado Grupo de Trabalho do COREMEC. Esse grupo apresentou em 2009 uma proposta para a Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil, a ENEF. A proposta foi validada pelos membros reguladores que compõem o COREMEC, e, em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.397 estabeleceu formalmente a ENEF. Esse Decreto também criou o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) (BRASIL, 2009).

O COREMEC é composto por quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira foi inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE (2005), e adaptado para a realidade brasileira, e tem como objetivo:

Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (BRASIL, 2009, p. 02).

A ENEF propõe ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, e estabelece política de caráter permanente por meio de gestão centralizada para estabelecer harmonia metodológica entre os programas e execução descentralizadas para abranger toda a população brasileira.

As ações envolvem crianças e jovens nas escolas com aplicação de conteúdos sobre educação financeira e têm o apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Entre os adultos, as informações são disseminadas por meio de mídias de massa, como internet, rádio, televisão e imprensa escrita. Também são promovidos eventos por entidades privadas e organizações da sociedade civil, que contribuem para a divulgação e promoção do tema educação financeira.

Alguns públicos-alvo, temas e ações foram selecionados para o público adulto da ENEF (BRASIL, 2009, p. 111):

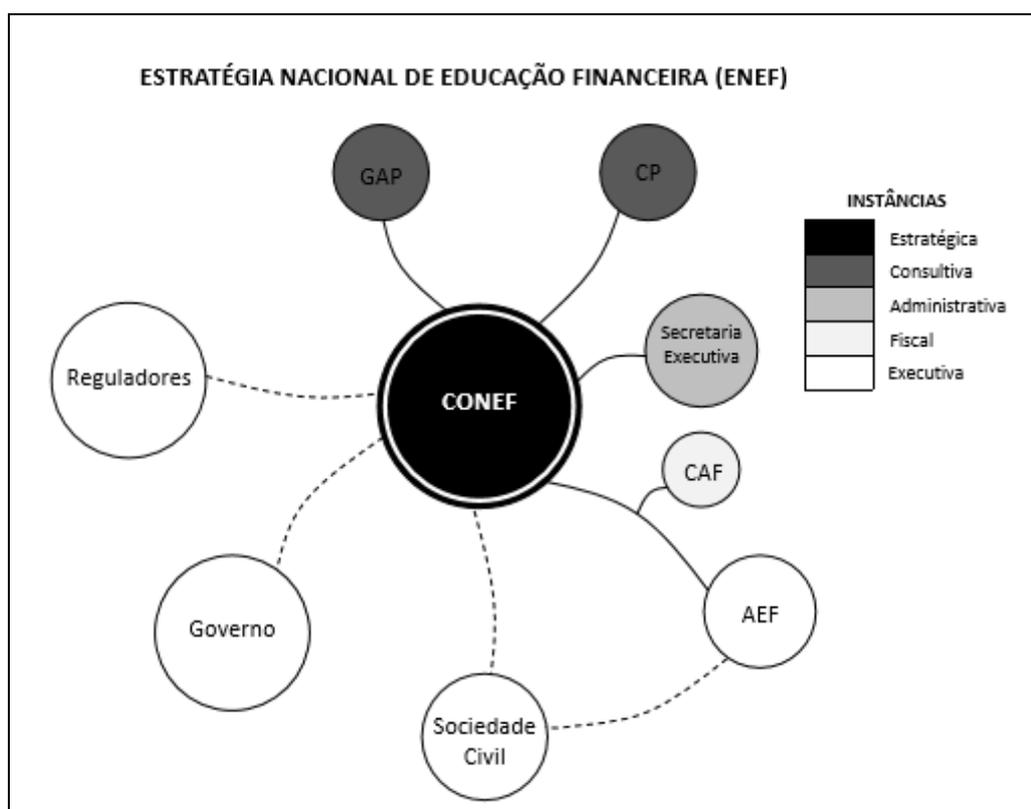
Público-alvo: militares; servidores públicos; trabalhadores formais e informais; profissionais liberais; estudantes universitários; donas de casa, desempregados; aposentados; trabalhadores rurais; beneficiários de programas sociais; brasileiros residentes no exterior e outros.

Temas: inclusão financeira; proteção ao consumidor; finanças pessoais; noções de economia; noções do sistema financeiro nacional; crédito e microcrédito; consumo consciente; previdência; preparação para a aposentadoria; investimentos; seguros; capitalização e outros.

Ações: portal; palestras; publicações e cartilhas; seminários; encontros regionais; concursos; centrais de atendimento; campanhas publicitárias; cursos; programas de televisão; programas de rádio; feiras; espaços culturais; visitas programadas e outros.

Para coordenar e implementar a Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil, foram criados mecanismos de governança com o envolvimento de vários *STAKEHOLDERS*, conforme evidenciado na Figura 1 (BRASIL, 2009).

Figura 1 – Estrutura da ENEF



Fonte: Estratégia Nacional de Educação Financeira, Brasil (2009)

A estrutura é composta por instâncias estratégicas, consultivas, administrativas, fiscal e executiva, cada uma com competências distintas, a saber:

- CONEF - O Comitê Nacional de Educação Financeira é responsável pela governança estratégica da ENEF e define planos, programas, ações e coordena a implementação da ENEF;
- GAP - O Grupo de Apoio Pedagógico é uma das instâncias consultivas e de assessoramento ao CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados à educação financeira e previdenciária;
- CP - A Comissão Permanente, também de natureza consultiva, é a instância que dá suporte técnico ao CONEF, necessário à Estratégia Nacional de Educação Financeira;
- Da mesma forma, a Secretaria Executiva presta o apoio administrativo e fornece os meios necessários para o alcance dos objetivos do CONEF.

Para avaliar as principais necessidades de educação financeira no Brasil, foi realizada uma pesquisa nacional de educação financeira, a partir de experiências de

outros países (Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Austrália, Nova Zelândia), e dados de consumidores coletados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco Central (BRASIL, 2009).

Como resultado da pesquisa, foram identificados nove temas em torno dos quais a ENEF foi construída: planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros, investimentos, previdência social, seguros, capitalização, proteção e defesa do consumidor. A conclusão da primeira Pesquisa Nacional de Educação Financeira, realizada no Brasil, evidenciou que o nível de educação financeira da população brasileira era baixo.

A partir da pesquisa, o grupo de trabalho COREMEC criou objetivos, competências e conceitos relacionados à ENEF (BRASIL, 2009), conforme representado no Quadro 3.

Quadro 3 – Objetivos, competências e conceitos relacionados à ENEF

Objetivos	Competências	Conceitos
Formar para cidadania	Exercer direitos e deveres de forma ética e responsável	Cidadania e consumo responsável (consciente e sustentável)
Educar para o consumo e a poupança	Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis Aplicar a compreensão de receitas e despesas na manutenção do balanço financeiro Harmonizar desejos e necessidades, refletindo sobre os próprios hábitos de consumo e poupança Valer-se do sistema financeiro formal para a utilização de serviços e produtos financeiros	Receitas, despesas/orçamento Reservas, poupança/ investimento Crédito
Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	Avaliar ofertas e tomar decisões financeiras autônomas de acordo com as reais necessidades	Autonomia
Formar disseminadores e/ou multiplicadores em educação financeira	Atuar como disseminador dos conhecimentos e práticas de educação financeira	Disseminação e/ou multiplicação
Desenvolver a cultura da prevenção e proteção	Valer-se de mecanismos de prevenção e proteção de curto, médio e longo prazos	Prevenção e Proteção
Instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazo	Elaborar planejamento financeiro no curto, médio e longo prazos	Planejamento
Propor a possibilidade de melhoria da própria situação	Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas	Mudança de condições de vida

Fonte: Adaptado de Brasil (2009)

Potrich, Vieira e Ceretta (2013), em estudo sobre o nível de alfabetização financeira de estudantes universitários da região Sul do Brasil, relatam que, apesar do bom resultado verificado pelo bom nível de conhecimento financeiro da amostra estudada, o comportamento financeiro dos estudantes universitários não é satisfatório, uma vez que não existe o hábito de poupar.

2.5 PLANEJAMENTO PARA A APOSENTADORIA

De acordo com o IBGE, a expectativa de vida ao nascer atingiu 71,2 anos para homens e 74,8 anos para mulheres em 2013. Em 2041, essa idade chegará aos 80 anos. Essa maior longevidade requer dos indivíduos um planejamento para o futuro e análise da melhor data de entrada em aposentadoria, já que esta pode impactar sobremaneira o nível dos benefícios futuros (MONTEIRO, 2008).

Estudos sobre planejamento para a aposentadoria concentram-se em questões de planejamento financeiro (MITCHELL; MOORE, 1998); idade em que as pessoas param de trabalhar (EKERDT; KOSLOSKI; DEVINEY, 2000); tempo futuro e tolerância a riscos financeiros (JACOBS; HERSHEY, 2005); clareza dos objetivos de aposentadoria (STAWSKI; JACOBS; HERSHEY, 2005); atitudes em relação à aposentadoria e fatores demográficos: idade, gênero, renda e formação (JACOBS; HERSHEY, 2002); entre outras dimensões importantes acerca do processo de preparação para a aposentadoria, como: habitação, lazer e recreação, manutenção da saúde, relações sociais e interpessoais, planejamento imobiliário e planejamento financeiro (HERSHEY; BROW; JACOBS; JACKSON, 2001).

O planejamento bem-sucedido da aposentadoria exige a formação de expectativas sobre uma série de eventos, no futuro, e integrá-los e traduzí-los em decisões econômicas é imperativo. A literatura econômica oferece orientações básicas sobre como os indivíduos devem tomar decisões financeiras e de aposentadoria, mas muitos indivíduos têm apenas uma ideia vaga dessas prescrições ou até mesmo ideias bastante incorretas (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLS, 2008).

Segundo Helppie, Kapinos e Willis (2010), na preparação para a aposentadoria, uma pessoa financeiramente capaz forma um plano de poupança que permite uma riqueza de aposentadoria adequada, modifica o plano conforme as circunstâncias mudam, acumula poupanças em uma carteira eficientemente

diversificada usando baixo custo, busca instituições financeiras eficientes e confiáveis e faz um bom planejamento tributário.

Jacobs, Hershey e Neukam (2004) realizaram uma pesquisa destinada a avaliar a perspectiva de tempo futuro, preocupação com a aposentadoria, idade e nível de renda. Os autores concluíram que fatores psicológicos influenciam o tempo e o esforço que os homens e as mulheres destinam à preparação da aposentadoria. Atividades do planejamento são influenciadas por uma variedade de variáveis demográficas e psicológicas (JACOBS; HERSHEY; NEUKAM, 2004).

Nessa mesma linha de estudo, Hershey, Henkens e Vandalen (2006) exploraram os mecanismos psicológicos implícitos ao planejamento da aposentadoria e tendências de poupança de trabalhadores holandeses e norte-americanos. Para analisar a psicologia do planejamento da aposentadoria entre trabalhadores, foram examinadas cinco construções diferentes: (a) perspectiva de tempo futuro; (b) clareza do objetivo de aposentadoria; (c) conhecimento financeiro percebido; (d) nível de atividade de planejamento financeiro; e (e) adequação de poupança percebida.

As análises foram concebidas para verificar em que medida as variáveis estruturais (idade, sexo, renda familiar anual e nível de educação) estavam relacionadas com as tendências de planejamento, e desenvolver modelos de análise específicos da cultura de cada país para identificar os mecanismos implícitos à preparação financeira. As descobertas de Hershey, Henkens e Vandalen (2006) sugerem que os analistas de políticas previdenciárias devem levar em conta as diferenças individuais e culturais e as predisposições psicológicas dos trabalhadores ao poporem reformas das pensões – previdência - que atribuam responsabilidade ao indivíduo para o planejamento de poupança para a aposentadoria.

Mudanças demográficas têm colocado em crise a sustentabilidade de regimes previdenciários puramente assentados em repartição simples, ou seja, em sistemas baseados em um “pacto geracional” onde as contribuições obrigatórias da população ativa cobrem o pagamento dos benefícios da geração aposentada. Consequentemente, a partir da década de 1990, organismos internacionais como o Banco Mundial (1994) e a OCDE (WILLMORE, 2000) iniciaram projetos visando sintetizar o conhecimento acerca do problema e identificar as políticas mais adequadas considerando a necessidade de cada país. Como resultados iniciais, desenvolveram o conceito de poupança para a aposentadoria, no qual o formato

mais simples divide a geração de benefícios em três pilares: I) não contributiva/pensão pública (pensão básica/previdência pública); II) contributiva profissional (poupança forçada/planos ocupacionais); e III) contributiva pessoal (poupança voluntária/planos pessoais). A adesão aos planos ocupacionais e pessoais (Pilar II e III) é de caráter voluntário e está condicionado à adesão espontânea dos poupadores. Para tanto, os indivíduos precisam ser minimamente capazes de decidir o quanto investir, dada a sua necessidade de rentabilidade, e onde investir, principalmente em relação ao tratamento tributário que lhes for mais conveniente. Em resumo, requer-se que pessoas em idade laboral superem a inércia e a procrastinação de decisões financeiras mais complexas, bem como possuam um nível de educação financeira que lhes permita entender o funcionamento de um plano de aposentadoria.

Desta forma, o planejamento para a aposentadoria é um dos aspectos mais importantes da educação financeira. Portanto, preparar-se para a aposentadoria envolve diferentes aspectos: os desejos, os sonhos e as escolhas de cada um. E seja qual for a escolha, haverá implicações financeiras. Neste sentido, faz-se necessário conhecer as diversas opções financeiras para a aposentadoria. A partir desse conhecimento, a decisão será pelas opções mais adequadas a cada característica, considerando idade, perfil, renda e fontes de renda (BACEN, 2013).

Pinheiro (2008) refere-se à educação previdenciária como sendo uma extensão da educação financeira e reforça a necessidade de expansão do tema não apenas pela carência de cultura de poupança da população brasileira, mas também pela complexidade e especificidade dos termos e conceitos utilizados na matéria. Segundo o autor, a população brasileira, assim como a mundial, precisa de maior conhecimento sobre produtos previdenciários, podendo, desse modo, acarretar importantes implicações para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A escassez de educação previdenciária é um dos fatores que explica os baixos índices de poupança da sociedade brasileira (PINHEIRO, 2008). Os indivíduos não planejam a aposentadoria porque não possuem suficiente conhecimento específico sobre o assunto (MITCHELL; MOORE, 1998).

Nessa mesma linha de estudo, Monteiro (2008) discorre acerca da complexidade dos produtos de previdência privada, por serem de difícil compreensão e abstratos, o que requer maior necessidade de educação financeira e previdenciária. Não apenas a variável tempo, entre a compra e a entrega do

benefício, geralmente períodos entre 20 a 30 anos, existem outras variáveis de difícil entendimento, como: taxa de juros de longo prazo, valor futuro dos salários, longevidade da população, modalidade de planos de benefícios e formas de tributação. Essas variáveis contribuem para as dificuldades de entendimento acerca dos planos de previdência complementar, corroborando para que a educação financeira e previdenciária seja imprescindível para o crescimento desse segmento (MONTEIRO, 2008).

No Brasil, ações de educação financeira no âmbito previdenciário foram instituídas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Recomendação nº 1, de 28 de março de 2008 (BRASIL, 2008). Assim, o Plano Diretor da ENEF recomenda à PREVIC a necessidade de desenvolver métodos que objetivem produzir indicadores que espelhem o nível de educação financeira e de acompanhamento dessa evolução, bem como avaliar a efetividade e o impacto das ações de educação financeira do público avaliado, a médio e a longo prazos (BRASIL, 2008).

Isso posto, várias pesquisas em âmbito nacional e internacional revelam dados preocupantes relacionados ao planejamento para a aposentadoria dos brasileiros.

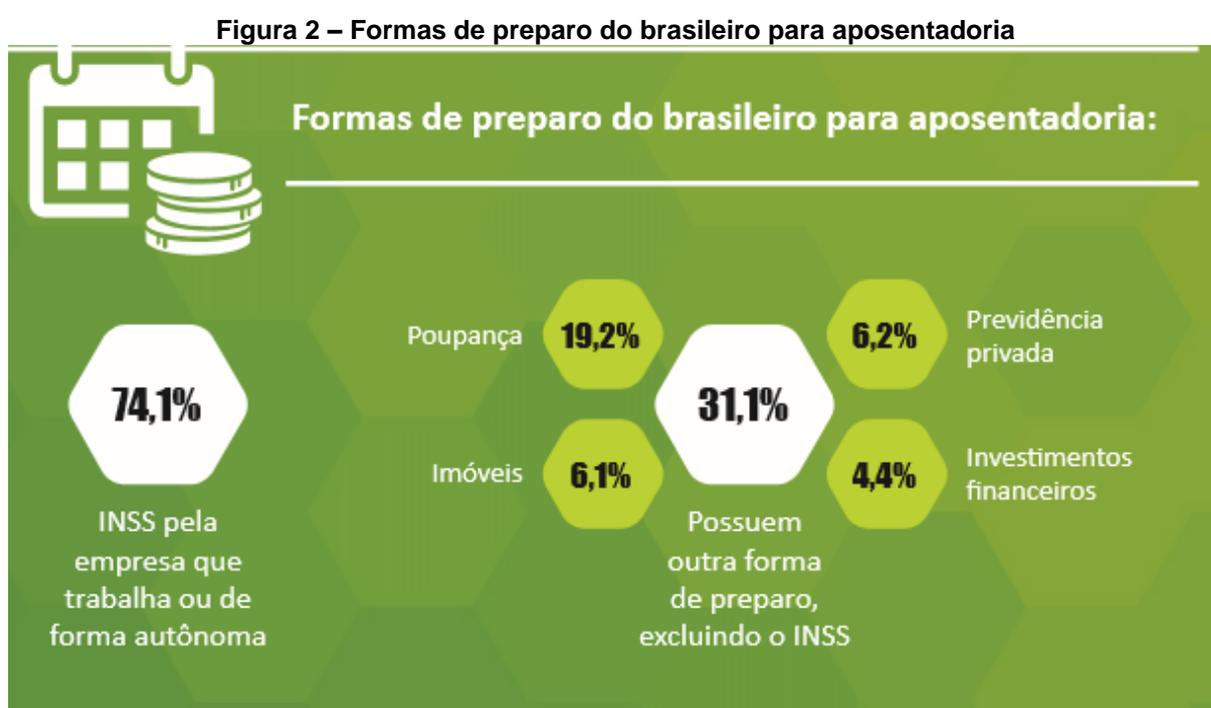
A pesquisa denominada "O Futuro da Aposentadoria: Uma nova realidade" foi desenvolvida pelo Banco HSBC, em 2012, com o objetivo de identificar sobre o que as pessoas almejam de sua aposentadoria e como esperam honrar com suas aspirações (HSBC, 2013).

O trabalho envolveu mais de 15.000 pessoas em 15 países e no Brasil foram entrevistadas mais de 1.000 pessoas. O resultado da pesquisa no Brasil mostra que mais da metade (59%) dos entrevistados brasileiros acham que seus planejamentos financeiros para uma aposentadoria confortável são inadequados, dos quais: 19% não se preparam e 41% não fazem o suficiente; na média, os entrevistados esperam ficar aposentados por 23 anos, mas suas poupanças para a aposentadoria duram somente 12 anos; os entrevistados acreditam que 31% dos rendimentos de sua aposentadoria virão do Estado e para 37%, a pensão do Estado será uma fonte de renda importante na aposentadoria.

Corroborando a pesquisa, o SPC Brasil (2016) publicou um estudo denominado "O planejamento do brasileiro para a aposentadoria", cujos dados revelam que somente um terço dos brasileiros se prepara para a aposentadoria,

excluindo o INSS, e que a poupança é a forma de preparação mais citada. A pesquisa foi realizada entre os dias 16 de março e 03 de julho de 2016, em que foram entrevistadas 703 pessoas, entre homens e mulheres, residentes nos 27 estados brasileiros (capital e interior), com idade igual ou superior a 18 anos, de todas as classes sociais e não aposentados.

A pesquisa teve como propósito inicial compreender o modo de preparo para a aposentadoria. A Figura 2 apresenta o resumo das formas de preparo do brasileiro para aposentadoria.



Fonte: SPC Brasil, julho 2016

Ficou evidenciado que os brasileiros contam muito com a aposentadoria pública, sem se preocupar com a complementação desta com outros tipos de investimentos: somente 31,1% dos entrevistados disseram que se preparam para a aposentadoria, excluindo a contribuição para o INSS.

Os principais motivos citados para não se prepararem para a vida pós-laboral foram: 32,7% gostaria de fazê-lo, mas não sobra dinheiro; 19,6% gostaria de fazê-lo, mas não sabe por onde começar; e 10,1% não pensam nisso por enquanto. Por consequência dessa não preparação, na visão dos entrevistados: 38,8% terão um padrão de vida inferior ao atual; 26,7% não poderão viver tranquilamente na terceira idade; e 13,8% não poderão parar de trabalhar.

A pesquisa evidencia que o brasileiro ainda não se prepara da maneira adequada para a aposentadoria, sendo que grande parte deles conta somente com a previdência social (INSS) para o momento pós-laboral. Em geral, a aposentadoria pública tem valor menor do que o valor recebido enquanto se trabalha. Em janeiro de 2017, o teto do INSS passou a ser de R\$ 5.531,31 (BRASIL, 2017). Outro fator que requer reflexão é a eminência do ajuste fiscal e a reforma da previdência que está em discussão, com mudanças das regras de aposentadoria daqui para a frente, o que implicará aposentar-se com idade maior que a atual, maior tempo de contribuição (SPC Brasil, 2016).

2.6 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INSTRUMENTOS DE MENSURAÇÃO

Na última década, vários estudos com a finalidade de mensurar e analisar o nível de alfabetização financeira dos indivíduos têm sido realizados, em nível nacional e internacional.

Dada a importância do tema educação financeira para a formação dos indivíduos, os líderes do G20 criaram a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE). A Rede Internacional da OCDE sobre Educação Financeira concordou em resolver a falta de dados comparáveis a nível internacional mediante a criação e aplicação de um instrumento de pesquisa construído propositadamente (ATKINSON; MESSY, 2012). O objetivo consistiu em facilitar a troca de experiências e conhecimentos entre especialistas e o público em todo o mundo, além de promover o desenvolvimento de trabalhos, análises e recomendações políticas e estabelecer instrumentos de pesquisa para identificar o nível de educação financeira de pessoas em diversos países (OCDE, 2011). Dessa forma, em 2012, a INFE aprovou um questionário e 14¹ países foram convidados para executar esse piloto de acordo com uma metodologia proposta.

O instrumento teve como ponto de partida a seguinte definição: alfabetização financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar bem-estar financeiro individual; e compreendeu em questões práticas

¹ Arménia, República Checa, Estónia, Alemanha, Hungria, Irlanda, Malásia, Noruega, Peru, Polónia, África do Sul e Reino Unido, iniciaram o primeiro piloto no final de 2010. Albânia e Ilhas Virgens Britânicas, em 2011.

extraídas de questionários de alfabetização financeira já existentes. As questões envolveram conhecimento financeiro, comportamento e atitudes relacionadas a vários aspectos da literatura financeira, incluindo orçamentação e gestão do dinheiro, planos financeiros de curto e longo prazos, e escolha de produtos financeiros. Também foram consideradas questões acerca de detalhes sociodemográficos dos participantes, incluindo idade, sexo e renda (ATKINSON; MESSY, 2012).

Para as questões relacionadas a conhecimento financeiro, foi criada uma pontuação contando o número de respostas corretas dadas por cada entrevistado, e calculou-se a proporção da população em cada país que exibiu um nível relativamente elevado de conhecimento financeiro (definido como 6 ou mais respostas corretas). Para medir o nível de conhecimento financeiro, a OCDE incluiu 8 perguntas aos níveis de teste de conhecimento em cada país. As perguntas foram escolhidas para abordar uma gama de assuntos financeiros e para variar em dificuldade, embora nenhuma delas seja excessivamente complexa e exija conhecimento especializado. As questões abordam: divisão, valor do dinheiro no tempo, cálculo de juros simples e juros compostos, risco e retorno, definição de inflação e diversificação (ATKINSON; MESSY, 2012).

A pontuação para comportamento financeiro considerou pontos positivos manifestados em comportamentos que têm um valor máximo de 9, e uma pontuação de 6 ou mais é considerada como sendo relativamente alta. O questionário conta com uma variedade de perguntas de diferentes estilos, com objetivo de saber mais sobre comportamentos, tais como: pensar antes de fazer uma compra, contrair empréstimos para fazer frente às despesas; estar atento a assuntos financeiros pessoais; definir metas de longo prazo e se esforça para alcançá-los; ter um orçamento familiar; realizar poupança ou investimentos (ATKINSON; MESSY, 2012).

De acordo com Atkinson e Messy (2012), atitudes e preferências são consideradas um elemento importante da alfabetização financeira. Se as pessoas têm uma atitude negativa em relação à poupança para o seu futuro, por exemplo, argumenta-se que elas estão menos inclinadas a realizar esse tipo de comportamento. Da mesma forma, se elas preferem dar prioridade a curto prazo, conclui-se que não são capazes de formar poupança para situações emergenciais ou de fazer planos financeiros de longo prazo.

A pesquisa inclui três questões para medir as atitudes dos respondentes em relação ao dinheiro e ao planejamento para o futuro. A resposta média para as três questões de atitude fornece um indicador global de atitude e considera um nível elevado se a média for superior a 3, pois, isso indica atitudes que tendem para o longo prazo. As três questões de atitude compreendem em escolhas financeiras e respondem às questões: é mais gratificante gastar do que guardar para o futuro; melhor viver o hoje e deixar que o amanhã cuidará de si mesmo; dinheiro existe para se gastar (ATKINSON; MESSY,2012).

Destarte o estudo, no Quadro 4 é apresentada uma síntese dos principais instrumentos e dimensões que mensuram a alfabetização financeira, adaptado do trabalho de Potrich, Vieira e Kirch (2014).

Quadro 4 - Principais instrumentos e dimensões que mensuram a educação financeira

Instrumento	Dimensões	Principais aspectos	Autores/Instituições
Pesquisa de Potrich, Vieira e Kirch (2014)	Conhecimento, atitude e comportamento financeiro	Gestão e comportamento financeiro, inflação, taxa de juros, valor do dinheiro no tempo, risco, retorno, diversificação, mercado de ações, crédito e título públicos	Potrich, Vieira e Kirch (2014)
Questões de Annamaria Lusardi e Oliveira Mitchell	Conhecimento financeiro	Taxa de juros, inflação e diversificação de risco	Lusardi e Mitchell (2011)
Serasa Consumidor e IBOPE	Atitude, conhecimento, comportamento financeiro	Relação com o dinheiro, entendimento sobre conceitos financeiros, ações de planejamento de consumo	Serasa Consumidor e IBOPE (2014)
S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey	Conhecimento financeiro	Conceitos básicos de aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos	Klapper, Lusardi e Oudheusden (2014)
National Financial Capability Study (NFCS)	Conhecimento financeiro	Taxa de juros, inflação, diversificação de risco, preços de títulos e hipotecas	NFCS (2013)
OECD	Atitude, comportamento e conhecimento financeiros	Juros, inflação, retorno, preços, risco, produtos financeiros, despesas, orçamento familiar, poupança, empréstimos e consumo financeiro	Atkinson e Messy (2012); OECD (2013)
FL-ABK (financial literacy attitude, behavior and knowledge)	Atitude comportamento e conhecimento financeiro	Atitudes financeiras, comportamentos financeiros e conhecimento sobre gastos, dívida, gerenciamento do dinheiro, poupança e investimento	Shockey (2002)
Financial Fitness Quiz	Comportamento financeiro	Orçamento, gasto e poupança	O'Neill e Xiao (2012)
Pesquisa de Klapper, Lusardi e Panos (2013)	Conhecimento financeiro	Juros simples, juros compostos, inflação e descontos de vendas	Klapper, Lusardi e Panos (2013)
Pesquisa de Rooij, Lusardi e Alessie (2011)	Conhecimento financeiro	Conhecimento básico (habilidades numéricas, inflação, juros simples, juros compostos e o valor do dinheiro no tempo) e Conhecimento avançado (ações, títulos, fundos mútuos, diversificação de risco, risco e retorno)	Rooij, Lusardi e Alessie (2011)
Pesquisa de Chen e Volpe (1998)	Conhecimento financeiro	Poupança, empréstimos, seguros e investimentos	Chen e Volpe (1998)
Pesquisa de Matta (2007)	Comportamento financeiro	Gestão financeira, crédito pessoal, consumo e investimento e poupança	Matta (2007)
Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (2009)	Educação financeira	Orçamento doméstico, hábitos de consumo, formas de poupança, relacionamento com instituição financeira, conhecimento de produtos financeiros, crédito, investimento, previdência, seguros, capitalização, meios de pagamento.	Brasil (2009)

Fonte: Adaptado de Potrich, Vieira e Kirch (2014)

O FL-ABK (*Financial Literacy – Attitude, Behavior and Knowledge*), é um instrumento de pesquisa, elaborado pela pesquisadora Susan Smith Shockey (2002), que utilizou a escala de Likert para analisar a atitude e o comportamento dos respondentes. Essa escala, composta por questões do tipo Likert de 5 pontos (em que 1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente) visa identificar como o indivíduo avalia sua gestão financeira. Assim, o fator atitude e comportamento financeiro foi composto pela média de todas as questões, o que significa que, para cada entrevistado, foi computada a média das respostas. O estudo foi realizado com adultos matriculados em aulas de alfabetização financeira e teve como objetivo estudar o pensamento crítico, a atitude, o conhecimento financeiro e o comportamento de gestão do dinheiro.

O trabalho de Lusardi e Mitchell (2014) defende que alguns conhecimentos são fundamentais para as decisões de investimento e poupança, e podem ser considerados como a aplicação ou a prática da educação financeira, tais como: capacidade de fazer cálculos relacionados à taxa de juros, compreensão de inflação, entendimento de diversificação e risco.

A interpretação e a tradução desses conhecimentos são fundamentais para entender o nível de alfabetização financeira das pessoas. A partir dessa necessidade, Lusardi e Mitchell (2011) desenvolveram um trabalho que contemplou um conjunto de questões para traduzir e interpretar esses conhecimentos. O trabalho foi aplicado nos Estados Unidos e em outros países e contou com questões que envolveram quatro princípios básicos: simplicidade, relevância, brevidade e diferenciação.

As questões abordadas no trabalho de Lusardi e Mitchell (2011) tornaram-se insumos para o desenvolvimento de outros instrumentos de mensuração, sendo um dos mais completos o aplicado pela OCDE e descrito em Atkinson e Messy (2012).

No Brasil, em 2008, o grupo de trabalho instituído pelo COREMEC (BRASIL, 2009) realizou uma importante pesquisa em âmbito nacional com o objetivo de mensurar o grau de educação financeira da população. Foram entrevistadas 1.809 pessoas, com diferentes rendas e níveis educacionais em seis capitais² do Brasil. O objetivo da pesquisa foi avaliar o grau de educação financeira da população e trabalhou vários temas relacionados a: orçamento familiar, hábitos de gasto e poupança; relacionamento com as instituições do sistema financeiro, conhecimento

² Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife

e percepção de diferentes produtos financeiros e formas de pagamento; formas de poupança, crédito, investimento, planos de previdência, seguros e capitalização. O conhecimento dos cidadãos sobre as agências regulatórias no sistema financeiro também foi investigado (BRASIL, 2009).

A conclusão da primeira Pesquisa Nacional de Educação Financeira, realizada no Brasil, evidenciou que o nível de educação financeira da população brasileira era baixo. A pesquisa mostrou que 36% dos entrevistados tinha perfil do tipo gastador, e apenas 31% deles faziam reserva de dinheiro regularmente para a aposentadoria (BRASIL, 2009).

Chen e Volpe (1998) avaliaram a alfabetização financeira de um grupo de estudantes universitários e abordaram questões sobre conhecimento de finanças pessoais, poupança, empréstimos, seguros e investimentos. Os participantes do inquérito foram convidados a responder a 52 perguntas, incluindo 36 questões de múltipla escolha de seu conhecimento em finanças pessoais, 8 questões sobre suas opiniões e decisões acerca de poupança, empréstimo e investimento, e 8 questões sobre dados demográficos.

Ao avaliarem os conhecimentos em finanças pessoais (924 estudantes), constataram um nível de conhecimento inadequado, principalmente com relação a investimentos. Os resultados mostram que os participantes responderam a cerca de 53% das perguntas corretamente. Os não empresários, as mulheres, estudantes das classes mais baixas, menores de 30 anos, e com pouca experiência de trabalho apresentaram os níveis mais baixos de conhecimento (CHEN; VOLPE, 1998).

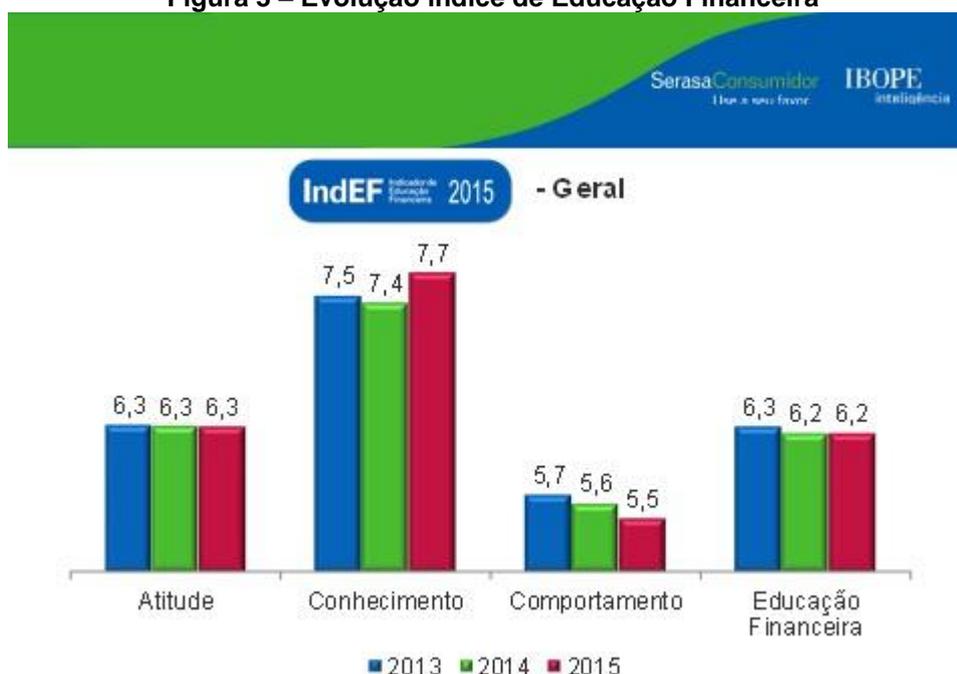
Na mesma linha de estudo, Matta (2007) desenvolveu uma escala composta por 24 questões, e avaliou o comportamento financeiro de indivíduos acerca de gestão financeira, crédito pessoal, consumo, investimento e poupança. Para medir o comportamento financeiro, foi realizada uma pesquisa com 590 estudantes de universidades e centros universitários localizados no Distrito Federal. A pesquisa revelou um baixo nível de conhecimento financeiro dos estudantes, em que, 40,7% não acertaram mais de 60% das questões de conhecimento, o que aponta para a necessidade de maiores informações sobre conceitos financeiros (MATTA, 2007). Conhecimento em conceitos sobre finanças, aprendido em disciplinas específicas ou relacionadas, influencia positivamente na tomada de decisões financeiras (AMADEU, 2009)

Em outro trabalho realizado em 2014, por Potrich, Vieira e Kirch (2014), foram entrevistadas 1.400 pessoas, maiores de 18 anos, no Rio Grande Sul e consideradas as dimensões demográficas e socioeconômicas, conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro. Nesse estudo, a maioria dos pesquisados (67,1%) foi classificada como tendo um nível médio de educação financeira.

Em 2012, a Serasa e o Ibope desenvolveram o Indicador de Educação Financeira (ENEF), divulgado pela primeira vez em 2013, a partir de uma pesquisa acadêmica, que foi premiada na terceira edição do Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada Serasa Experian (SERASA CONSUMIDOR; IBOPE, 2014). Para obter os resultados apresentados, foi aplicado um questionário com questões de múltipla escolha, que levantou o perfil demográfico e socioeconômico dos respondentes, além de perguntas que abordaram temas relacionados a conhecimento, comportamento e atitude financeira.

A Serasa e o Ibope (2015) trazem um histórico das pesquisas realizadas a partir de 2013, o que permite ter uma análise da evolução do índice de educação financeiro no país, a cada ano. O indicador trabalha com uma escala de 0 a 10 para as avaliações. Quanto maior o índice, maior o nível de Educação Financeira. Para o IndEF, em todas as versões, foram entrevistadas 2.002 pessoas maiores de 16 anos, em todos os Estados e no Distrito Federal, incluindo capitais, periferias e interior. Os subíndices que compõem o Indicador de Educação Financeira têm pesos diferentes: Atitude (24%), Conhecimento (26%) e Comportamento (50%) (SERASA e IBOPE, 2015). Na sequência, apresentamos o resumo divulgado pela Serasa e pelo Ibope com a evolução do IndEF – 2013 a 2015.

Figura 3 – Evolução Índice de Educação Financeira



10

Fonte: Serasa Consumidor e Ibope Inteligente (2015)

O indicador conhecimento avalia o entendimento sobre conceitos financeiros; a atitude considera como a pessoa interpreta sua relação com o dinheiro; e comportamento mede as ações financeiras do entrevistado propriamente ditas: se gasta mais do que ganha, se guarda dinheiro e planeja o futuro, por exemplo (SERASA; IBOPE, 2015). Na pesquisa, a dimensão conhecimento, que compõe o Indicador de Educação Financeira (IndEF), atingiu nota 7,7 na edição 2015. Mas, apesar de o consumidor estar mais informado, a nota do comportamento em relação às finanças ficou em 5,5.

3 MÉTODO

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos deste trabalho. Desta forma, esta seção descreve o delineamento do estudo, apresenta detalhes da amostra, descreve procedimentos, define termos e variáveis, bem como as técnicas estatísticas utilizadas para a análise dos dados. Veja no Quadro 5 o resumo metodológico proposto para levantamento dos dados.

Quadro 5 – Resumo metodológico proposto para levantamento dos dados

População Alvo	Alunos de Pós-graduação (<i>Lato Sensu e Stricto Sensu</i>)
Tamanho da amostra	833
Técnica de amostragem	Não probabilística e bola de neve
Natureza da pesquisa	Quantitativa descritiva
Método de coleta de dados	Levantamento (<i>survey</i>)
Técnica de coleta de dados	Via internet – (Link para <i>e-mail</i>) – <i>Survey Monkey</i>
Questionário	Estruturado, auto aplicado
Tipo de mensuração	Escala de <i>Likert</i> e questões objetivas
Técnica de análise	Análise Descritiva e Multivariada
Ferramenta de análise	Programa R – Studio e Excel

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

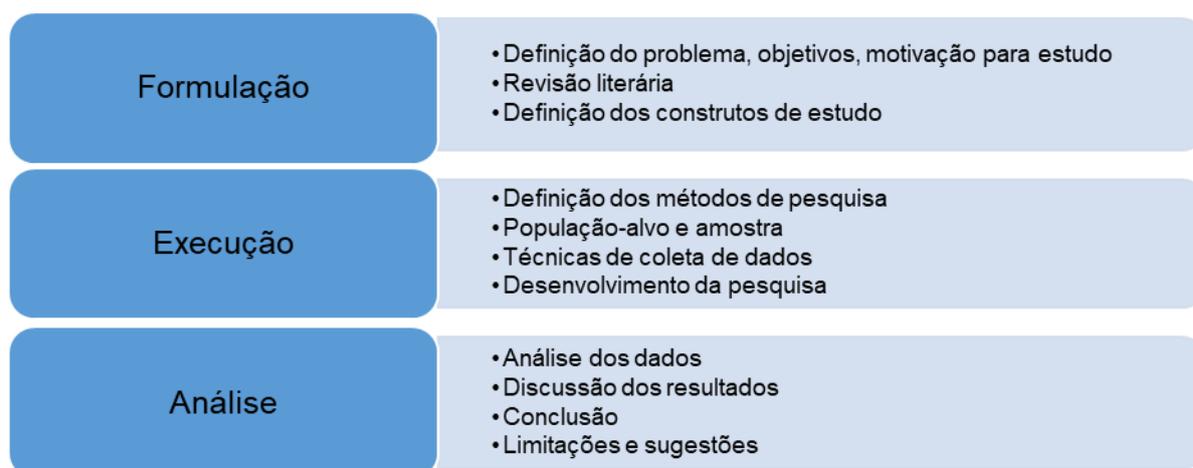
Este trabalho teve como propósito realizar uma pesquisa de natureza quantitativa classificada como descritiva. De acordo com Davenport *et al.* (2014), a análise quantitativa utiliza técnicas estatísticas, matemáticas ou computacionais para a investigação empírica sistemática de um fenômeno. “Coletam-se e analisam-se estatisticamente dados estruturados de um grande número de casos representativos” (DAVENPORT; KIM, 2014, p. 4). “A análise descritiva envolve coleta, organização, tabulação e apresentação de dados, para exposição das características do que está sendo estudado” (DAVENPORT; KIM, 2014, p. 5). Segundo Malhotra (2012), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever alguma coisa, normalmente características ou funções de mercado.

Para a elaboração de uma pesquisa quantitativa, Davenport *et al.* (2014) apresentam três estágios e sugerem seis passos: formulação do problema (reconhecimento do problema e revisão das descobertas anteriores); solução do problema (modelagem, coleta de dados e análise de dados); resultados:

comunicação e ação (apresentação dos resultados e adoção de providências). Da mesma forma, Hair *et al.* (2005) sugerem o fluxo: formulação, execução e análise.

Isto posto, a primeira fase da pesquisa foi caracterizada pela definição do problema e objetivos, relevância e motivação para o estudo, construção do referencial teórico, definição das variáveis e dos construtos a serem investigados e o desenvolvimento do modelo de pesquisa. A fase de execução abrangeu a definição do método de pesquisa, a definição da população-alvo e a amostra, as técnicas de coleta de dados e os métodos estatísticos mais adequados. A terceira etapa contemplou a análise e apresentação dos resultados visando atender aos objetivos previamente definidos e responder ao problema de pesquisa. A etapa de análise abrangeu ainda as conclusões e considerações finais do estudo, suas limitações e sugestões para estudos futuros. A Figura 4 representa as etapas da pesquisa.

Figura 4 – Fluxo do processo de pesquisa



Fonte: Adaptado de Hair *et al.* (2005)

Na primeira fase desta pesquisa, formulação, foram identificadas as principais variáveis e dimensões utilizadas em estudos e pesquisas acadêmicas acerca do tema educação financeira, indicadores de educação financeira e planejamento para a aposentadoria. A partir dessa análise bibliográfica, foram constatadas as variáveis socioeconômicas e demográficas, as dimensões conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro que subsidiaram a construção do instrumento de pesquisa aplicados a uma amostra de alunos de pós-graduação para atender aos objetivos e responder ao problema de pesquisa proposto.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A população-alvo é a “soma de todos os elementos que compartilham algum conjunto comum de características” (MALHOTRA, 2012, p. 270) e oferecem as informações desejadas pelo pesquisador. Os parâmetros populacionais são, em geral, numerosos e podem ser calculados com base em uma amostra da população de interesse (MALHOTRA, 2012). A amostra é definida por Malhotra (2012) como sendo um subgrupo de uma população selecionado para a realização de um estudo. Ainda de acordo com o autor, a elaboração de uma amostragem começa com a especificação da população-alvo, ou seja, a coleção de elementos ou objetos que possuem as informações procuradas pelo pesquisador e sobre as quais devem ser feitas inferências (MALHOTRA, 2012).

Desta forma, a técnica de amostragem escolhida para este estudo foi a não probabilística e amostragem bola de neve. A técnica de amostragem não probabilística é uma técnica que não utiliza seleção aleatória, ao contrário, confia no julgamento do pesquisador (MALHOTRA, 2012). De acordo com o autor, as amostras não probabilísticas podem oferecer boas estimativas das características da população, mas não permitem uma avaliação objetiva da precisão dos resultados amostrais (MALHOTRA, 2012, p.274).

A amostragem bola de neve é uma técnica de amostragem não probabilística em que um grupo inicial de entrevistados é selecionado aleatoriamente. Após serem entrevistados, solicita-se que identifiquem outros que pertençam à população-alvo de interesse. Os entrevistados subsequentes são selecionados com base nessas referências. “Mesmo que se use a amostragem probabilística para selecionar os entrevistados iniciais, a amostra final é uma amostra não probabilística” (MALHOTRA, 2012, p. 278). O autor infere que “as referências terão características demográficas e psicológicas mais semelhantes às das pessoas que as indicam do que poderia ocorrer ao acaso” (MALHOTRA, 2012, p. 278).

A população desta pesquisa é composta por alunos de pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*), de diversas instituições e regiões do país, sem definição ou restrição das áreas de ensino ou região, tendo como único critério ser “aluno de pós-graduação”. A amostra foi composta por 833 endereços de *e-mails* enviados. Os endereços de *e-mails* foram recebidos da coordenação dos cursos de pós-graduação do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), de grupos de

relacionamentos de parentes, amigos, colegas de faculdade e de trabalho, que estavam ativos em cursos de pós-graduação, durante o período da pesquisa, que compreendeu o período de 19 de dezembro de 2016 a 17 de abril de 2017.

A opção por esta técnica amostral tornou-se viável pela dificuldade em obter junto a uma ou mais universidades, acesso e/ou listas com endereços de e-mails de alunos de pós-graduação, em tamanho ideal para levantar um número mínimo de questionários válidos e completos, que oferecessem relevância estatística para o presente estudo.

Ao se referir ao tamanho da amostra, Hair *et al.* (2005, p. 97- 98) reforçam que “o pesquisador dificilmente realiza uma análise fatorial com uma amostra com menos de 50 observações, e de preferência o tamanho da amostra deve ser maior ou igual a 100”. Ainda, de acordo com Hair *et al.* (2005, p. 98), “o mínimo é de ter pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis a serem analisadas, e o tamanho mais aceitável teria uma proporção de dez para um”.

Field (2009) aponta estudos que analisam o tamanho amostral necessário para a análise de fatores e sugere que o pesquisador tenha pelo menos entre 10 a 15 participantes por variável, destacando, no entanto, que a base empírica dessa regra não está clara e que não necessariamente essa relação precisa estar contemplada para a validação da análise fatorial. A análise fatorial é um procedimento destinado essencialmente à redução e ao resumo de dados (MALHOTRA, 2012).

Entre outros estudos, Field (2009) destaca: Nunnally (1978), o qual recomenda ter 10 vezes mais participantes do que variáveis; Kass e Tinsley (1979) aconselham ter entre 5 e 10 participantes por variável até um total de 300; Comrey e Lee (1992) inferem 300 como um bom tamanho de amostra; Tabachnick e Fidell (2001) destacam que é seguro ter pelo menos 300 casos para a análise de fatores. Por fim, o autor conclui que “uma amostra de 300 ou mais provavelmente fornecerá uma solução de fatores estável” (FIELD, 2009, p. 571).

Desta forma, buscou-se um número entre 300 a 480 questionários completos e válidos, considerando o questionário de pesquisa ser composto por 48 variáveis. No entanto, dos 833 questionários enviados, obteve-se um retorno de 329 questionários válidos e 304 questionários completos.

3.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Como técnica de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa por levantamento *survey* - levantamento de informações com aplicação de questionário. Hair *et al.* (2005) recomendam a utilização dessa técnica para obter fatos e estimativas a partir de grandes amostras e grande volume de informações. Desta forma, a pesquisa foi realizada com a aplicação de um questionário *online* (via internet), do tipo auto aplicado, com a criação de um endereço eletrônico (*link*) e uso do aplicativo *Survey Monkey*.

Como instrumento de coleta de dados, foi construído um questionário estruturado, Apêndice B, que, definido por Malhotra (2012), constitui um passo importante na concepção de uma pesquisa e consiste em técnica estruturada para coleta de dados com uma série de perguntas. Para a elaboração do questionário, seguiu-se as orientações de Malhotra (2012), a saber: especificar as informações necessárias e o tipo de método de entrevista; determinar o conteúdo de perguntas individuais; planejar as perguntas de forma a superar a incapacidade e a falta de vontade do entrevistado de responder; decidir sobre a estrutura da pergunta e determinar o enunciado da pergunta; organizar as perguntas na ordem apropriada com formato e leiaute adequado; reproduzir o questionário e fazer o pré-teste do questionário.

Também foram observados os aspectos éticos e de privacidade da pesquisa. Foi enviado juntamente com o questionário o Termo de Livre Consentimento (Apêndice A). De acordo com Malhotra (2012), o pesquisador tem a responsabilidade ética de respeitar a privacidade, os sentimentos e a dignidade do entrevistado. E os entrevistados precisam ficar com uma sensação de experiência positiva e agradável, o que implicará em sua boa vontade e cooperação futuras (MALHOTRA, 2012).

Isto posto, a partir dos estudos de Atkinson e Messy (2012), Potrich *et al.* (2013), Potrich *et al.* (2014) e Piccoli *et al.* (2015), foi construído um questionário para levantamento dos dados que abordam dois pilares: no primeiro, as questões socioeconômica e demográfica tiveram como objetivo definir o perfil da população e contém variáveis relacionadas a idade, sexo, estado civil, dependentes, vínculo de emprego, renda, tipo de moradia, posse de investimentos financeiros, previdência e produtos de proteção. Ainda no primeiro pilar, foi incluída uma questão para

identificar a situação do respondente frente à aposentadoria e uma questão aberta para identificar qual curso de pós-graduação o respondente estava cursando. No segundo pilar, as questões abordadas tiveram a finalidade de identificar o nível de educação financeira da população pesquisada e foram divididas em três dimensões: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira.

O Quadro 6 apresenta uma síntese da estrutura do instrumento de coleta de dados, adaptado de Potrich *et al.* (2014).

Quadro 6 – Síntese do instrumento de coleta de dados

Tema	Variáveis	Referências
Socioeconômico e demográfico	12 questões Curso de pós-graduação, gênero, idade, estado civil, dependentes, ocupação, renda, moradia, investimentos, previdência, proteção, aposentadoria.	Elaborado pela autora; Questões de Piccoli <i>et al.</i> (2015).
Conhecimento financeiro	8 questões objetivas.	Adaptado de Atkinson e Messy (2012).
Atitude financeira	9 questões escala de Likert.	Adaptado de Potrich <i>et al.</i> (2014); Shockey (2002); OECD (2013).
Comportamento financeiro	20 questões escala de Likert.	Adaptado de Potrich <i>et al.</i> (2013); O'Neill <i>et al.</i> (2012); Shockey (2002); OECD (2013).

Fonte: Adaptado de Potrich *et al.* (2014)

Para composição da dimensão conhecimento financeiro, foi respondido um questionário com 8 perguntas que abordaram conceitos de finanças: inflação, taxa de juros, valor do dinheiro no tempo, diversificação de risco, ações e títulos públicos, com referência ao estudo de Atkinson e Messy (2012).

Seguindo a referência utilizada por Potrich *et al.* (2013), com base nos estudos de O'Neill e Xiao (2012), Shockey (2002) e OECD (2013), para calcular o nível do comportamento financeiro, foi respondido um questionário com abordagem de temas relacionados à gestão financeira, utilização de crédito, consumo planejado, investimento e poupança, composto por 20 questões, cujas respostas foram apresentadas na forma da escala de *Likert*. A escala de *Likert* consiste na mensuração com cinco categorias de respostas, variando de 1 – (“discordo muito”) e 5 – (“concordo muito”), e exige que o participante indique um grau de concordância ou de discordância com cada uma das várias afirmações (MALHOTRA, 2012).

Da mesma forma, para definir o nível da dimensão atitude financeira, o questionário contou com 9 questões, na escala de *Likert*, que abordaram temas relacionados à atitude dos entrevistados na gestão e no planejamento financeiro, adaptado dos estudos de Potrich *et al.* (2014), Shockey (2002) e OECD (2013).

Seguindo as orientações de Malhotra (2012), o questionário foi submetido ao pré-teste, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais (MALHOTRA, 2012). Desta forma, o questionário foi enviado a 10 avaliadores, alunos de pós-graduação *Stricto Sensu* e a uma Mestre.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Este trabalho utilizou um modelo para cálculo de índices de educação financeira a fim de identificar se há relação entre o nível de educação financeira e o planejamento financeiro para a aposentadoria, do público objeto do estudo. Para tanto, foi utilizado como referencial estatístico o modelo desenvolvido por Potrich *et al.* (2014), com as alterações necessárias para alcançar os objetivos e responder ao problema de pesquisa deste trabalho. O Quadro 7 sintetiza as técnicas e finalidades de sua aplicação.

Quadro 7 – Técnicas estatísticas e finalidades de sua aplicação

	Técnica estatística	Finalidade
Estatística descritiva	Frequência	Identificar o perfil da amostra
	Média, Mediana e Desvio-padrão	Identificar o nível de conhecimento, atitude e comportamento da amostra em relação aos clusters validados
	Teste <i>t</i> e Menn-Whitney	Verificar se há diferença significativa entre os grupos
Estatística multivariada	Análise de Cluster	Identificar o nível de educação financeiro da amostra
	Termômetro	Classificar os indivíduos nos construtos com base na distância do centro do cluster construído
	Teste Kruskal-Wallis	A alternativa não paramétrica para a ANOVA, conhecida como Teste Kruskal-Wallis, a ANOVA convencional tem como pressuposto normalidade, porém o Kruskal-Wallis não necessita de restrições para efetuar comparações
	ANOVA não paramétrica	Comparar as dimensões (atitude, conhecimento e comportamento financeiro) com as variáveis idade, sexo, situação em relação à aposentadoria. Para mais de três “populações”, diz-se que pelo menos uma média difere das demais.
	MANOVA Teste W de Wilcoxon	Comparar mais de um indicador por vez. Ex.: comparar como a variável idade se comporta em relação à atitude, comportamento e ao conhecimento financeiro de uma só vez (conjuntamente).

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Desta forma, para a análise dos dados, com fins aos objetivos propostos, fez-se uso de estatística descritiva e multivariada. A análise descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1989). De acordo com Malhotra (2012), técnicas estatísticas multivariadas são indicadas para análise de dados, quando há duas ou mais medidas para cada elemento, sendo possível fazer

análises simultâneas das variáveis e fenômenos. Isto posto, serão apresentados os procedimentos utilizados para a análise dos dados e dos resultados obtidos.

De um total de 833 questionários – *e-mails* - enviados, obteve-se um retorno de 39%, representado por 329 questionários respondidos. Destes, 304 foram respondidos completamente e 25 questionários retornam com resposta apenas às questões do primeiro bloco – socioeconômico e demográfico. De acordo com Malhotra (2012), o processo de preparação dos dados passa por: selecionar os questionários aceitáveis, seguido pela edição, codificação e transcrição dos dados, que são depurados, estabelecendo um tratamento para as respostas faltantes (MALHOTRA, 2012).

Desta forma, após análise dos dados, optou-se por aproveitar todos os questionários recebidos, excluindo-se apenas a questão número 1 do questionário – questão aberta: “Qual pós-graduação você está cursando? Escreva aqui.” Para esta questão, as respostas foram apresentadas de forma abreviada, genéricas, sem especificar as áreas de ensino (Exemplo: MBA, ADM, Mestrado, Doutorado, Gestão), o que prejudicou a análise no contexto do perfil dos respondentes. O objetivo com a questão era identificar, a princípio, as áreas de ensino da população, no entanto, sem ser objetivo específico deste trabalho. De acordo com Hair *et al.* (2005), processos inerentes aos dados ausentes devem ser diagnosticados, entendidos, e, se for o caso, controlados. Um dos procedimentos de correção dos dados ausentes é a eliminação de variáveis ou de casos, que “pode ser a solução mais eficiente” (HAIR *et al.*, 2005, p. 61).

Também para o processamento e a análise dos dados foi necessário lançar mão do recurso de transformação de escala para algumas questões do questionário. A transformação de escala consiste na manipulação dos valores de uma escala a fim de assegurar a compatibilidade com outras ou adaptar os dados para análise (MALHOTRA, 2012). Foram invertidas as escalas de três questões da dimensão atitude financeira e duas questões de comportamento financeiro, a saber: questão 24 (Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, tendo a me preocupar muito com a decisão que tomei), questão 26 (Para mim é difícil construir um planejamento de gastos familiar), questão 29 (Acredito que a maneira como eu administro meu dinheiro vai afetar o meu futuro), e questões 38 (Gasto dinheiro antes de obtê-lo) e 39 (Frequentemente peço dinheiro emprestado para a família ou amigos para pagar as contas). Para essas questões, as respostas de concordância positiva indicam

uma atitude ou comportamento negativo em relação à afirmação. Desta forma, todo o instrumento de pesquisa ficou padronizado, de tal modo que as notas maiores indicam atitude e comportamento positivo e as menores notas indicam atitude e comportamento negativo em relação às afirmativas.

A ferramenta utilizada para a análise dos dados foi o programa R – STUDIO (pacote de software de código aberto) última versão 3.4.0, associada ao uso do aplicativo Excel. Para a análise dos dados, foram feitas tabelas de contingência – tabelas dinâmicas no programa Excel - gráficos de barras para a análise descritiva dos dados, e análise multivariada para definição dos níveis de educação financeira e planejamento para a aposentadoria.

Foi usada a técnica de análise de variância (ANOVA) não paramétrica e (MANOVA) análise de variância multivariada. É importante mencionar que foi usado o nível de significância de 5% em todas as ANOVA. Fixado o nível de significância, as conclusões são dadas da seguinte forma: se $p\text{-valor} > 5\%$ não rejeitamos que os dados se comportam de forma semelhante em relação às variáveis usadas no modelo; se $p\text{-valor} < 5\%$ rejeitamos a hipótese de que o comportamento é semelhante; e se $p\text{-valor} = 5\%$ não se pode concluir nada. Nível de significância é a probabilidade de se cometer um erro do tipo *I*, que é conhecido como erro *alfa*. Ele ocorre quando os resultados amostrais conduzem à rejeição de uma hipótese nula que é, na realidade, verdadeira (MALHOTRA, 2012, p. 367).

Entre os métodos utilizados, temos a ANOVA não paramétrica. O teste não paramétrico consiste em um “procedimento de teste de hipóteses que supõem que as variáveis sejam medidas em uma escala normal ou ordinal” (MALHOTRA, 2012, p. 377). Assim como a ANOVA convencional – “técnica estatística para estudar as diferenças entre médias de duas ou mais populações” (MALHOTRA, 2012, p. 399), a ANOVA não paramétrica tem como objetivo comparar duas ou mais “populações”. Neste trabalho, a ANOVA não paramétrica foi utilizada para comparar separadamente as dimensões conhecimento, atitude e comportamento financeiro para as diferentes variáveis - idade, sexo, estado civil, dependente, ocupação, renda, moradia, previdência, investimento, produtos de proteção e situação de aposentadoria.

Uma das alternativas não paramétricas para a ANOVA é conhecida como Teste de Kruskal-Wallis (KW). A ANOVA convencional tem como pressuposto a normalidade, porém o Kruskal-Wallis não necessita de restrições para efetuar a

comparação. Trata-se de um “teste não métrico de ANOVA que utiliza o valor do posto de cada caso, e não apenas sua posição em relação à mediana” (MALHOTRA, 2012, p. 413). O teste de Kruskal-Wallis (KW) é uma extensão do teste de Wilcoxon-Mann-Whitney (MALHOTRA, 2012).

Vale ressaltar que tanto o teste Kruskal-Wallis quanto a ANOVA convencional, para mais de três “populações”, afirmam que pelo menos uma média se difere das demais. Com isso, tem-se a necessidade de efetuar teste de comparação múltipla, que dirá quais “populações” se diferem significativamente e quais não se diferem duas a duas. Testes de comparação múltipla “permitem ao pesquisador construir intervalos de confiança generalizados para fazer comparações pareadas de todas as médias de tratamento” (MALHOTRA, 2012, p. 411).

Para isso, foi utilizado a MANOVA, que assim como a ANOVA, compara “populações”, porém a ANOVA compara “populações” em relação a uma única variável. Neste trabalho, a ANOVA foi utilizada para comparar o nível de educação financeira com as diferentes variáveis socioeconômica e demográfica. Já a MANOVA compara mais de um indicador por vez, ou seja, assim foi possível comparar como as variáveis socioeconômica e demográfica se comportam em relação às dimensões conhecimento, atitude e comportamento financeiro de uma só vez - conjuntamente. “Enquanto a ANOVA examina diferença de grupos para uma única variável dependente, a MANOVA estuda diferenças de grupo simultaneamente para múltiplas variáveis dependente” (MALHOTRA, 2012, p. 413).

A técnica utilizada para calcular os níveis de educação financeira foi a análise de cluster ou conglomerado, que consiste em agrupar as observações segundo suas características. A análise de cluster não faz distinção entre variáveis dependentes e independentes. Ao contrário, examina relações de interdependência entre todo o conjunto de variáveis (MALHOTRA, 2012). Desta forma, criam-se grupos homogêneos, em que as observações pertencentes ao mesmo grupo são bastante similares, enquanto as observações de um grupo comparadas a outro grupo são significativamente diferentes.

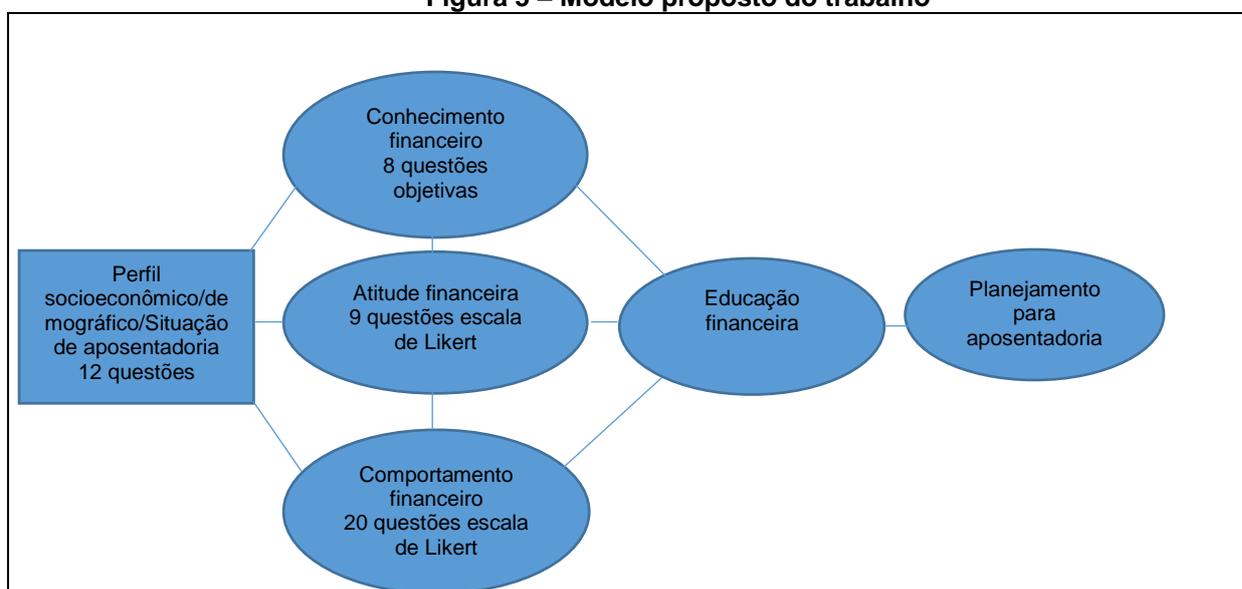
Para calcular o nível de educação financeira e os níveis das dimensões – atitude, comportamento e conhecimento financeiro – foi necessário realizar a padronização dos dados por meio de um procedimento de correção de dados para reduzi-los à mesma escala mediante subtração da média de amostragem e divisão

pelo desvio-padrão (MALHOTRA, 2012). A padronização permite ao pesquisador comparar variáveis avaliadas em diferentes tipos de escala.

A identificação da similaridade entre as observações se dá mediante o cálculo de uma distância entre cada observação, chamada de medida de homogeneidade ou similaridade. Após o cálculo dessa distância, os grupos são formados em relação a um critério (ou método) de agrupamento. A distância utilizada neste trabalho foi a euclidiana, pois os dados já estavam padronizados. A distância euclidiana é a raiz quadrada da soma dos quadrados das diferenças de valores para cada variável (MALHOTRA, 2012). Um dos métodos de agrupamento utilizado é o método de Ward, que consiste em agrupar as observações de modo que a medida de homogeneidade interna seja a mínima possível. O método Ward é um método de variância em que se deve minimizar o quadrado da distância euclidiana às médias dos clusters (MALHOTRA, 2012).

E, por fim, para comparar os cluster formados, foi utilizado o teste de comparação de médias - *Teste W de Wilcoxon*. O teste foi aplicado com o objetivo de verificar se os níveis de educação financeira se diferenciam significativamente em relação aos indicadores das dimensões conhecimento, atitude e comportamento. Esse teste analisa as diferenças entre observações pareadas, levando em conta a magnitude das diferenças. De acordo com Malhotra (2012), em teste de hipóteses, as amostras são sempre pareadas quando dois conjuntos de observações estão relacionados aos mesmos respondentes (MALHOTRA, 2012, p. 380). A Figura 5 representa o modelo proposto para este trabalho.

Figura 5 – Modelo proposto do trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Após a abordagem dos métodos e técnicas estatísticas empregados na análise dos dados e na construção do modelo, serão apresentados os resultados obtidos. Primeiramente, será apresentada a análise descritiva e, em seguida, os resultados da análise multivariada.

4.1 ANÁLISE DO PERFIL DA AMOSTRA

Inicialmente, será apresentado o perfil socioeconômico e demográfico dos respondentes. Como pode-se observar na Tabela 1, a maioria (30,40%) dos entrevistados têm mais de 40 anos de idade, seguido dos que estão entre 31 e 35 anos, representados por 22,80% da amostra. As demais faixas etárias têm entre 26 e 30 anos (20,67%) de idade, 36 e 40 anos (16,41%) e apenas 9,73% têm até 25 anos, demonstrando que a amostra é relativamente madura do ponto de vista idade.

Relacionado ao sexo, 58,97% são do gênero masculino e 40,73% são do gênero feminino. Sobre o estado civil, mais da metade são casados, representando 52,28% da amostra, enquanto os solteiros correspondem a 32,22%. Cerca de 49% dos indivíduos não possuem filhos ou dependentes, 25,84% possuem apenas um filho e 20,06% dois filhos. Observamos que apesar da predominância de pessoas com idade acima de 40 anos e casadas, no quesito quantidade de filhos não seguiu a mesma tendência, quase metade da amostra não tem filhos, seguido dos que têm apenas um filho ou dependente.

Ainda na Tabela 1, há informações sobre o vínculo empregatício dos entrevistados. Pode-se observar que a grande maioria é composta por empregados formais, representados por 66,87% da amostra. Entre os autônomos e empresários são 16,72% e 8,21%, respectivamente, seguido dos que são empregados e também donos de negócio próprio, com 5,17%. Quanto à variável renda, quase um quarto dos respondentes (24,01%) têm renda superior a 10 mil reais, seguido dos que têm renda entre R\$ 4.001,00 e R\$ 6.000,00 mil reais (18,84%) e dos que dos que têm renda entre R\$ 2.601,00 e R\$ 4.000,00 mil reais, representados por 14,89% dos entrevistados. As demais faixas de renda estão distribuídas entre R\$ 6.001,00 e R\$ 8.000,00 (13,68%), R\$ 8.001,00 e R\$ 10.000,00 (10,64%) e até R\$ 1.800,00 e entre R\$ 1.801,00 e R\$ 2.600,00 reais, com 9,42% e 6,99%, respectivamente, demonstrando que quase metade da amostra tem renda acima de R\$ 6.000,00 reais.

Tabela 1 - Informações socioeconômica e demográfica

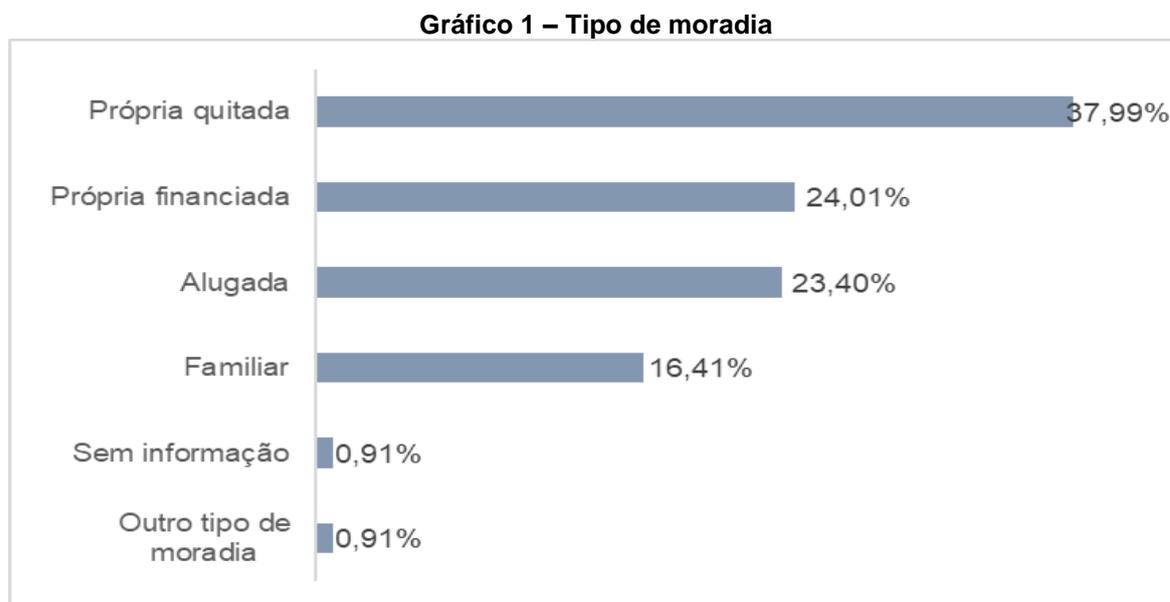
Característica	N	%	
Faixa etária	Até 25 anos	32	9,73%
	De 26 anos até 30 anos	68	20,67%
	De 31 anos até 35 anos	75	22,80%
	De 36 anos até 40 anos	54	16,41%
	Acima de 40 anos	100	30,40%
Sexo	Feminino	134	40,73%
	Masculino	194	58,97%
	Sem informação	1	0,30%
Estado civil	Solteiro (a)	106	32,22%
	Casado (a)	172	52,28%
	União estável	28	8,51%
	Separado (a) /divorciado (a)	21	6,38%
	Viúvo (a)	1	0,30%
	Sem informação	1	0,30%
Quantidade de filhos	Nenhum	161	48,94%
	1 filho	85	25,84%
	2 filhos	66	20,06%
	3 filhos	12	3,65%
	Acima de 3 filhos	4	1,22%
	Sem informação	1	0,30%
Vínculo empregatício	Autônomo/informal	55	16,72%
	Empregado e dono de negócio	17	5,17%
	Empregado/formal	220	66,87%
	Empresário	27	8,21%
	Sem informação	10	3,04%
Renda	Até R\$ 1.800,00	31	9,42%
	Entre R\$ 1.801,00 e r\$ 2.600,00	23	6,99%
	Entre R\$ 2.601,00 e r\$ 4.000,00	49	14,89%
	Entre R\$ 4.001,00 e r\$ 6.000,00	62	18,84%
	Entre R\$ 6.001,00 e r\$ 8.000,00	45	13,68%
	Entre R\$ 8.001,00 e r\$ 10.000,00	35	10,64%
	Acima de R\$ 10.000,00	79	24,01%
	Sem informação	5	1,52%
Situação em relação a previdência	Já tenho um plano de previdência	129	39,21%
	Não me preocupo e não vejo necessidade	67	20,36%
	Tenho planos de começar a poupar	130	39,51%
	Sem informação	3	0,91%

Fonte: elaborado pela autora (2017)

Quando analisamos os dados da situação dos entrevistados em relação à previdência, observamos que, 39,51% dos indivíduos têm planos de começar a poupar para uma futura aposentadoria, 39,21% já têm um plano de previdência e

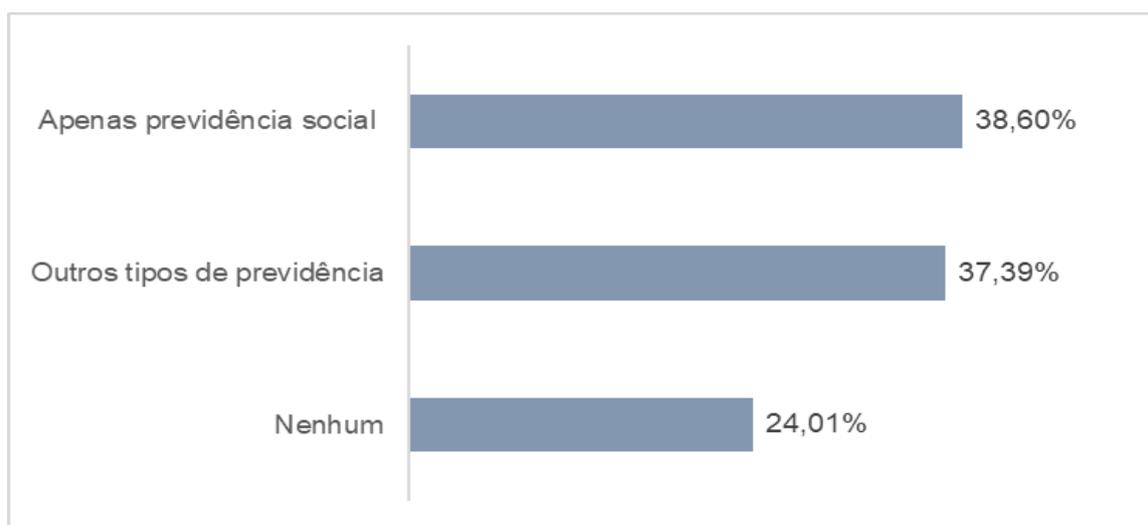
20,36% disseram não se preocupar e não veem necessidade de poupar para uma aposentadoria futura. Isso demonstra que somente 39, 21% da amostra já têm um plano para a aposentadoria, seja Previdência Social e/ou outro tipo de plano de previdência. Os demais, 59,87% não têm nenhum tipo de plano ou projeto de previdência.

Com relação ao tipo de moradia, conforme indicado no Gráfico 1, 37,99% informaram que sua moradia é própria e quitada, 24,01% informaram ser própria financiada, 23,40% alugada, e 16,41% informaram tipo de moradia familiar. Essa informação sugere que mais de um terço dos entrevistados já possuem um patrimônio (casa própria) e um quarto está, mesmo que com financiamento, formando um patrimônio próprio. No entanto, 39,81% ainda não têm moradia própria.



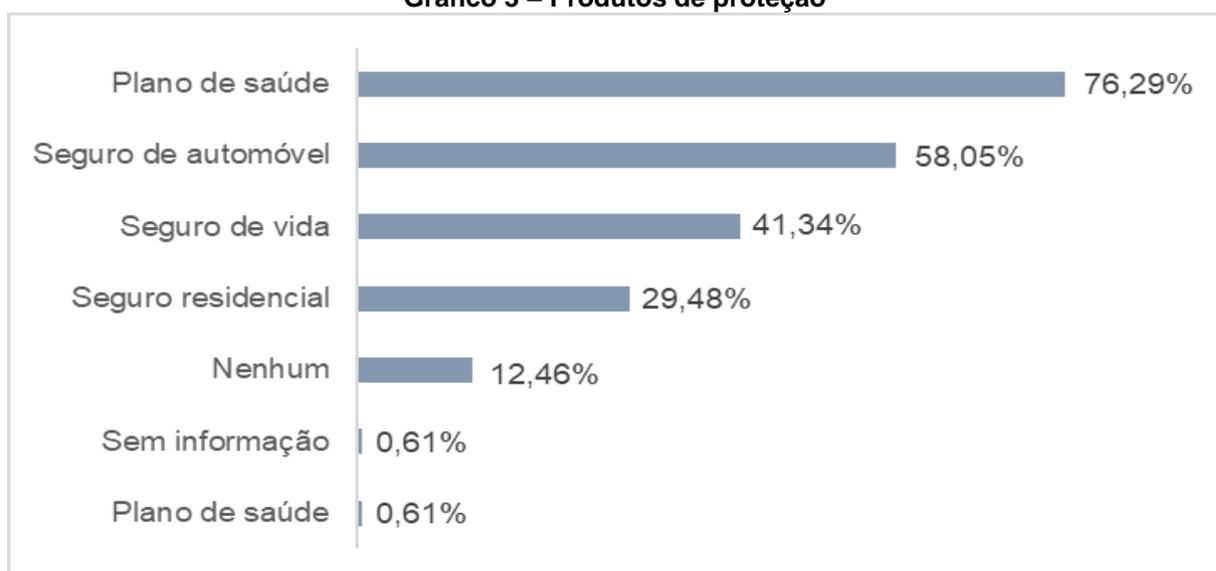
Fonte: Elaborado pela autora (2017)

O Gráfico 2 reproduz os tipos de planos de aposentadoria que os entrevistados possuem. Como é possível observar, 38,60% têm apenas previdência social, 37,39% outros tipos de previdência e 24,01% não possuem nenhum tipo de previdência.

Gráfico 2 – Tipos de planos de aposentadoria

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Relacionado a produtos de proteção, no Gráfico 3, 76,29% dos entrevistados disseram ter planos de saúde, 58,05% seguro de automóvel, 41,34% têm seguro de vida, 29,48% seguro residencial e 12,46% não possuem nenhum tipo de produto de proteção. Nesta análise, fica evidente que os indivíduos primam pela condição de atendimento à saúde e proteção ao patrimônio, com ênfase à posse de plano de saúde e seguro de automóvel.

Gráfico 3 – Produtos de proteção

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Também foi perguntado acerca dos tipos de investimentos que possuem. Como se pode observar no Gráfico 4, 45,59% disseram ter caderneta de poupança, 22,80% possuem LCA, LCI ou CDB, 17,93% fundos de investimentos, 17,63% não possuem nenhum tipo de investimento financeiro, 17,33% disseram ter planos de previdência do tipo VGBL ou PGBL e 16,41% consórcios. Aqui, somente 17,63% informaram não possuir nenhum tipo de investimento financeiro.

Gráfico 4 – Tipos de investimentos



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

4.2 IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O primeiro passo para calcular o nível de educação financeira consistiu em identificar o nível de cada dimensão que compõe o questionário de pesquisa: atitude financeira (9 questões – escala de *Likert*), comportamento financeiro (20 questões – escala de *Likert*) e conhecimento financeiro (8 questões – objetivas/assertivas). Para tanto, propôs-se uma análise de *cluster*, que consiste em agrupar as observações segundo suas características. O indicador foi calculado com base nas pontuações obtidas para cada dimensão (construto) mencionada anteriormente.

O indicador de educação financeira foi calculado da seguinte forma:

Fórmula para cálculo do índice de educação financeira

$$Alf_i = \frac{Atitude\ Financeira_i}{5} + \frac{Comportamento\ Financeiro_i}{5} + Conhecimento\ Financeiro_i$$

Fonte: Protrich et al. (2014)

É importante ressaltar que as três dimensões estavam em escalas diferentes, sendo conveniente fazer a padronização dessas para uma escala única. Para cada dimensão – atitude, comportamento e conhecimento financeiro – foi considerada a pontuação média das questões referente a elas. Os indicadores de atitude e comportamento financeiro foram divididos por cinco, pois cada resposta é pontuada de 1 até 5 – obedecendo a escala de Likert - desta forma quando se divide a pontuação média por 5, tem-se um número entre 0 e 1. Já o conhecimento financeiro recebeu pontuação 0 (quando resposta errada) ou 1 (quando resposta correta), desta forma a pontuação média é um número entre 0 e 1.

Assim, o indicador de cada dimensão foi transformado em uma escala com intervalo entre 0 e 1. Para transformar na escala mencionada, foram aplicadas as seguintes equações:

Fórmula para padronização das escalas das dimensões de educação financeira

$$Atitude_i = \frac{Atitude_i - 9}{45 - 9};$$

$$Comportamento_i = \frac{Comportamento_i - 20}{100 - 20};$$

$$Conhecimento_i = \frac{Conhecimento_i - 0}{8 - 0}.$$

Fonte: Adaptado de Protrich et al. (2014)

Explicando a equação:

Para aplicar a equação é necessário subtrair do valor da pontuação total (soma das pontuações de cada indicador) o valor mínimo que pode ser atribuído à cada questão e dividir o resultado pela amplitude do intervalo. Exemplo: atitude financeira tem 9 perguntas, com pontuações que podem variar entre $9 \cdot 1 = 9$ e $9 \cdot 5 = 45$ (9 é o total de questões referente a esta classe de perguntas); 1 é o valor mínimo que o indivíduo pode atribuir a cada uma das questões. Sendo assim, se o indivíduo marca as 9 questões com 1 ponto, a pontuação total atingida por ele será $9 \cdot 1 = 9$. Da

mesma forma, podemos pensar no valor máximo de resposta que cada indivíduo pode atribuir à cada questão, que será 5 pontos. Desta forma, se um indivíduo marcar todas as 9 questões com 5 pontos, ao final ele obterá 45 pontos. Podemos concluir que a pontuação referente à atitude financeira poderá variar entre 9 e 45.

Para o comportamento financeiro, que possui 20 perguntas, a pontuação total pode variar entre $20 \cdot 1 = 20$ e $20 \cdot 5 = 100$. E para o conhecimento financeiro, que possui 8 perguntas, a pontuação pode variar entre 0 (quando o indivíduo responde incorretamente a todas as perguntas) e 8 (quando o indivíduo responde corretamente a todas as perguntas).

Isto feito, após identificada a pontuação mínima e máxima de cada indicador, segue a aplicação da equação. Toma-se a variável como está (valor total obtivo) e retira-se o valor mínimo que ela pode assumir. No caso de atitude financeira, quando retiramos o valor mínimo obtido, ela deixa de variar entre 9 e 45 e passa a variar entre $9 - 9 = 0$ e $45 - 9 = 36$. O passo seguinte é dividir esse valor pela amplitude que é $45 - 9 = 36$, então, a pontuação passará a variar entre $0/36 = 0$ e $36/36 = 1$. O mesmo procedimento aplica-se ao cálculo da pontuação do indicador comportamento e do conhecimento financeiro.

Após a padronização dos dados, procedeu-se a análise de *cluster* com uso do método hierárquico de Ward. O *cluster* foi calculado com a distância euclidiana para definir os níveis de educação financeira da amostra. O modelo teve como referência o Termômetro de Alfabetização Financeira desenvolvido por Potrich *et al.* (2014).

Na Tabela 2 é apresentada a média, mediana, desvio padrão e os *clusters* identificados.

Tabela 2 - Resultado da construção dos *clusters*

Construto	Cluster 0 n=138 Baixo nível de educação financeira			Cluster 1 n=166 Alto nível de educação financeira		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Atitude financeira	0,7621	0,7639	0,1195	0,7953	0,8056	0,0951
Comportamento financeiro	0,6964	0,7125	0,2040	0,7127	0,7312	0,1932
Conhecimento financeiro	0,6984	0,7500	0,2508	0,7244	0,7500	0,2264

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Em seguida, foi aplicado o termômetro, para identificar a classificação dos indivíduos dentro dos *clusters* – alto nível ou baixo nível - com base na distância do centro do *cluster* construído. O termômetro de comparação foi calculado da seguinte forma:

do Termômetro de Alfabetização Financeira

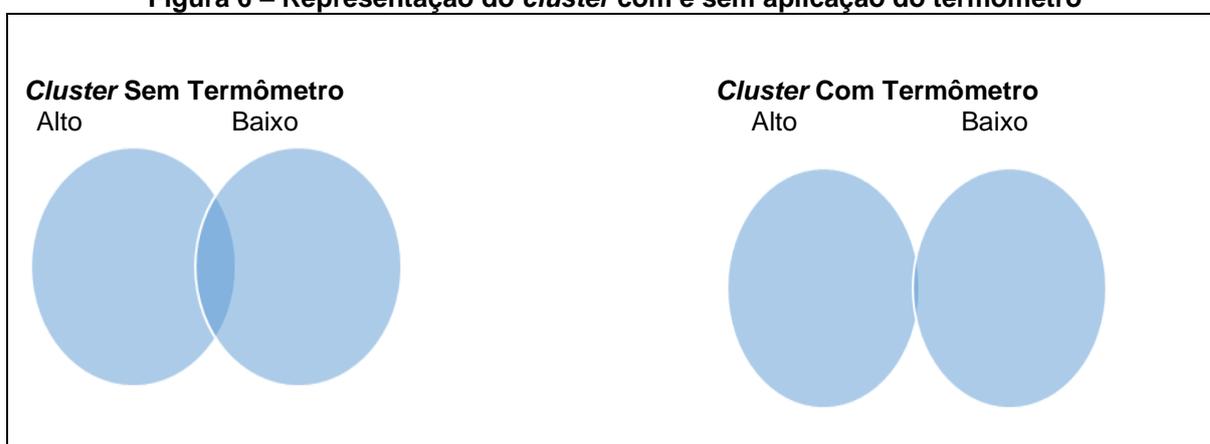
$$D_0 = (0,7621 - \text{Atitude financeira})^2 + (0,6964 - \text{Comportamento financeiro})^2 + (0,6984 - \text{Conhecimento financeiro})^2,$$

$$D_1 = (0,7953 - \text{Atitude financeira})^2 + (0,7127 - \text{Comportamento financeiro})^2 + (0,7244 - \text{Conhecimento financeiro})^2,$$

Fonte: Adaptado de Protrich et al. (2014)

Com base nas equações, diz-se que o indivíduo tem alto nível de educação financeira se , e que o indivíduo tem baixo nível de educação financeira se . Isso devido à distância de suas respostas em relação ao centro do *cluster* 0 (D_0) ser menor que a distância em relação ao centro do *cluster* 1 (D_1) (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2014). A Figura 6 representa os *clusters* com a aplicação do termômetro e sem a aplicação do termômetro.

Figura 6 – Representação do *cluster* com e sem aplicação do termômetro



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Após a criação do termômetro, as equações foram aplicadas aos dados para classificar os indivíduos. Os dados da Tabela 3 mostram que a diferença entre os *clusters* criados é significativa em relação aos três construtos (atitude, comportamento e conhecimento financeiro).

Tabela 3 - Aplicação do termômetro aos dados

Construto	Baixo Nível de educação financeira n=116 (38,16%)			Alto Nível de educação financeira n=188 (61,84%)			Teste comparação
	Média	Mediana	Desvio P.	Média	Mediana	Desvio P.	Sig.
Atitude Financeira	0,7391	0,7500	0,1195	0,8095	0,8333	0,0951	0,0000
Comportamento Financeiro	0,6495	0,6625	0,2040	0,7569	0,7875	0,1932	0,0000
Conhecimento Financeiro	0,4779	0,5000	0,2508	0,8650	0,8750	0,2264	0,0000

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Pode-se observar que 38,16% (n=116) dos indivíduos entrevistados foram classificados com baixo nível de educação financeira e 61,84% (n=188) com alto nível de educação financeira. Outros estudos apontam que pessoas de maior nível de formação universitária apresentam maiores níveis de educação financeira (CHEN; VOLPE, 1998; POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013).

Ao relacionarmos cada construto da educação financeira aos *clusters* criados (0 – baixo nível; 1 – alto nível) identificamos que: em média, 73,91% dos entrevistados classificados no *cluster 0* responderam positivamente às questões de atitude financeira, enquanto que, 80,95%, do *cluster 1*, responderam positivamente às mesmas questões de atitude financeira (4- concordo; 5 – concordo muito); Relacionado ao construto comportamento financeiro, em média, 64,95% dos indivíduos do *cluster 0* responderam positivamente às questões de comportamento financeiro, e 75,69% do *cluster 1* responderem positivamente às questões de comportamento. Por fim, os indivíduos classificados com baixo nível de educação financeira acertaram, em média, 47,79% das questões de conhecimento financeiro, e os indivíduos classificados com alto nível de educação financeira acertaram 86,50% das questões de conhecimento financeiro, demonstrando que a dimensão conhecimento foi determinante para a classificação dos indivíduos dentro dos *clusters*.

Observa-se que os entrevistados classificados com alto nível de educação financeira (*cluster 1*) apresentaram médias maiores em atitude financeira e conhecimento financeiro; e para os classificados com baixo nível (*cluster 0*), o construto conhecimento financeiro apresentou a menor média (0,4779), seguida do construto comportamento financeiro (0,6495), que também teve a menor média (0,7875) entre os classificados no *cluster 1*.

Após o procedimento de identificação dos *clusters*, analisou-se a distribuição das variáveis socioeconômica e demográfica em relação aos *clusters* de educação financeira (baixo; alto). A Tabela 4 apresenta a distribuição das variáveis em relação a cada nível de educação financeira.

Tabela 4 - Distribuição das variáveis socioeconômica e demográfica em relação aos níveis de educação financeira

Característica	Baixo		Alto		
	N	%	N	%	
Faixa etária	Até 25 anos	13	11,21%	16	8,51%
	De 26 anos até 30 anos	28	24,14%	38	20,21%
	De 31 anos até 35 anos	27	23,28%	44	23,40%
	De 36 anos até 40 anos	15	12,93%	34	18,09%
	Acima de 40 anos	33	28,45%	56	29,79%
Sexo	Feminino	68	58,62%	52	27,66%
	Masculino	47	40,52%	136	72,34%
	Sem informação	1	0,86%	0	0,00%
Estado civil	Solteiro (a)	43	37,07%	55	29,26%
	Casado (a)	50	43,10%	109	57,98%
	União estável	12	10,34%	15	7,98%
	Separado (a) /divorciado (a)	10	8,62%	8	4,26%
	Viúvo (a)	0	0,00%	1	0,53%
	Sem informação	1	0,86%	0	0,00%
Quantidade de filhos	Nenhum	54	46,55%	98	52,13%
	1 filho	27	23,28%	49	26,06%
	2 filhos	24	20,69%	36	19,15%
	3 filhos	8	6,90%	3	1,60%
	Acima de 3 filhos	2	1,72%	2	1,06%
	Sem informação	1	0,86%	0	0,00%
Vínculo empregatício	Autônomo/informal	21	18,10%	31	16,49%
	Empregado e dono de negócio	1	0,86%	15	7,98%
	Empregado/formal	81	69,83%	121	64,36%
	Empresário	8	6,90%	18	9,57%
	Sem informação	5	4,31%	3	1,60%
Renda	Até R\$ 1.800,00	17	14,66%	13	6,91%
	Entre R\$ 1.801,00 e R\$ 2.600,00	12	10,34%	9	4,79%
	Entre R\$ 2.601,00 e R\$ 4.000,00	17	14,66%	26	13,83%
	Entre R\$ 4.001,00 e R\$ 6.000,00	27	23,28%	33	17,55%
	Entre R\$ 6.001,00 e R\$ 8.000,00	14	12,07%	25	13,30%
	Entre R\$ 8.001,00 e R\$ 10.000,00	10	8,62%	22	11,70%
	Acima de R\$ 10.000,00	16	13,79%	59	31,38%
	Sem informação	3	2,59%	1	0,53%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Como se pode observar, entre os indivíduos com baixo nível de educação financeira, 28,45% possuem idade superior a 40 anos, 24,14% possuem entre 26 e 30 anos e 23,28% entre 31 e 35 anos. Entre os indivíduos com alto nível de educação financeira, 29,79% possuem idade superior a 40 anos, 23,40% possuem idade entre 31 e 35 anos e 20,21% entre 26 e 30 anos. Observa-se que em relação à idade, os indivíduos de alto e baixo nível estão distribuídos de forma semelhante. Identificamos uma diferença mais significativa entre aqueles com idade de 36 até 40 anos, que apresentaram distribuição em 12,93% no *cluster 0* e 18,09% no *cluster 1*.

Segundo o sexo, a maioria dos indivíduos com baixo nível de educação (58,62%) é do gênero feminino, e 72,34% dos indivíduos com alto nível de educação são do gênero masculino. Ou seja, para esta amostra, as mulheres apresentaram um menor nível de educação financeira. Outros estudos apresentam a mesma constatação em relação ao nível de educação financeira entre homens e mulheres (CHEN; VOLPE, 1998; ATKINSON; MESSY, 2012).

Relacionado ao estado civil, a maior parte dos indivíduos de baixo nível de educação financeira (43,10%) são casados, assim como os de alto nível (cerca de 58%). Já no grupo dos solteiros, 37,07% dos indivíduos estão no grupo de baixo nível, e 29,26% no grupo de alto nível de educação financeira. Aqui, também, pode-se observar um comportamento semelhante.

Outra característica da amostra é que grande parte dos entrevistados classificados nos grupos baixo e alto nível não possuem filhos, seguido dos que possuem apenas 1 filho e dos que possuem dois filhos. Em relação ao vínculo empregatício, grande parte dos indivíduos dos dois *clusters* tem emprego formal, seguindo dos que são autônomos e informais.

Ao analisar a variável renda, observa-se que a maioria (23,28%) dos que estão no grupo baixo nível de educação financeira dizem ter renda entre R\$ 4.001,00 e R\$ 6.000,00 reais. Já os do grupo alto nível informaram ter renda superior a R\$ 10.000,00 reais.

Após análise da classificação das variáveis aos seus respectivos níveis de educação financeira (baixo/alto), analisou-se o comportamento das variáveis (socioeconômica, demográfica) em relação à média do nível de educação financeira. Para isso, foi feita uma análise de variância não paramétrica - ANOVA. A Tabela 5 apresenta as médias alcançadas pelos indivíduos no indicador de educação financeira. É importante lembrar que as letras acompanhadas das médias

encontradas na tabela dizem respeito ao resultado do modelo. Sendo assim, quando as letras são iguais, é dito que não foi encontrada diferença significativa; no entanto, quando as letras são diferentes há diferença significativa.

Tabela 5 - Resultado da ANOVA não paramétrica

	Característica	Média Educação Financeira
Faixa etária	Até 25 anos	2,1780 a
	De 26 anos até 30 anos	2,2996 a
	De 31 anos até 35 anos	2,3040 a
	De 36 anos até 40 anos	2,3550 a
	Acima de 40 anos	2,2960 a
Sexo	Feminino	2,1450 a
	Masculino	2,4020 b
Estado civil	Solteiro (a)	2,2234 a
	Casado (a)	2,3700 b
	União estável	2,2520 ab
	Separado (a) /divorciado (a)	2,1300 ab
	Viúvo (a)	2,4610 ab
Quantidade de filhos	Nenhum	2,3231 a
	1 filho	2,3100 a
	2 filhos	2,2770 a
	3 filhos	2,0380 a
	Acima de 3 filhos	2,3090 a
Vínculo empregatício	Autônomo/informal	2,2600 a
	Empregado e dono de negócio	2,5030 a
	Empregado/formal	2,2950 a
	Empresário	2,3370 a
Renda	Até R\$ 1.800,00	2,1450 a
	Entre R\$ 1.801,00 e R\$ 2.600,00	2,0260 a
	Entre R\$ 2.601,00 e R\$ 4.000,00	2,3120 ab
	Entre R\$ 4.001,00 e R\$ 6.000,00	2,2430 a
	Entre R\$ 6.001,00 e R\$ 8.000,00	2,3374 ab
	Entre R\$ 8.001,00 e R\$ 10.000,00	2,3200 ab
	Acima de R\$ 10.000,00	2,4650 b
Situação em relação a previdência	Já tenho um plano de previdência	2,4700 a
	Não me preocupo e não vejo necessidade	2,1844 b
	Tenho planos de começar a poupar	2,2550 b
Nível de educação financeira	Baixo nível de educação financeira	1,9944 a
	Alto nível de educação financeira	2,2520 b

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Segundo a faixa etária, quantidade de filhos e vínculo empregatício, como pode-se observar na Tabela 5, não existe diferença significativa. Sendo assim, em

média, a pontuação de educação financeira alcançada não difere para os diferentes níveis de faixa etária, quantidade de filhos e vínculo empregatício.

Com relação ao sexo, tem-se que a diferença de pontuação é significativa, e que, em média, os homens apresentam uma maior pontuação de educação financeira que as mulheres. Segundo o estado civil, pode-se dizer que os casados, em média, apresentam melhor nível de educação financeira, assim como os indivíduos que possuem renda superior a 10 mil reais.

A situação relacionada à previdência mostra que os indivíduos que pretendem começar a poupar, que não se preocupam e não veem necessidade de começar a poupar, possuem, em média, o mesmo nível de educação financeira, porém é significativamente diferente a pontuação dos que já poupam objetivando a aposentadoria. Tal fato evidencia que, em média, quem já tem um plano de previdência possui melhor nível de educação financeira.

Para analisar como as variáveis socioeconômica e demográfica se comportam em relação aos três construtos atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro, de forma conjunta, foi aplicada uma MANOVA não paramétrica. A Tabela 6 apresenta a média de cada um dos construtos para cada uma das variáveis socioeconômica e demográfica, bem como o p-valor referente à significância das variáveis, resultado da MANOVA.

Tabela 6 - Resultado da MANOVA

	Característica	Atitude Financeira	Comportamento financeiro	Conhecimento financeiro	MANOVA Sig
Faixa etária	Até 25 anos	0,7520	0,7031	0,6339	0,406
	De 26 anos até 30 anos	0,7841	0,7204	0,7036	
	De 31 anos até 35 anos	0,7935	0,7168	0,7276	
	De 36 anos até 40 anos	0,7847	0,7193	0,7656	
	Acima de 40 anos	0,7873	0,7188	0,7591	
Sexo	Feminino	0,7656	0,6709	0,6518	0,001
	Masculino	0,7960	0,7469	0,7779	
Estado civil	Solteiro (a)	0,7687	0,6715	0,6957	0,026
	Casado (a)	0,7933	0,7524	0,7508	
	União estável	0,7778	0,7274	0,7024	
	Separado (a) /divorciado (a)	0,7865	0,6141	0,7266	
	Viúvo (a)	0,6944	0,7875	0,875	
Quantidade de filhos	Nenhum	0,7855	0,7176	0,7228	0,053
	1 filho	0,8076	0,7317	0,7500	
	2 filhos	0,7698	0,7163	0,7478	
	3 filhos	0,6995	0,6091	0,5909	
	Acima de 3 filhos	0,7639	0,7625	0,6875	
Vínculo empregatício	Autônomo/informal	0,7783	0,6969	0,6803	0,159
	Empregado e dono de negócio	0,8389	0,7808	0,825	
	Empregado/formal	0,7821	0,7115	0,7314	
	Empresário	0,7800	0,766	0,7500	
Renda	Até R\$ 1.800,00	0,7490	0,7148	0,5972	0,001
	Entre R\$ 1.801,00 e R\$ 2.600,00	0,7222	0,7096	0,5588	
	Entre R\$ 2.601,00 e R\$ 4.000,00	0,7943	0,7048	0,7173	
	Entre R\$ 4.001,00 e R\$ 6.000,00	0,7744	0,6814	0,6996	
	Entre R\$ 6.001,00 e R\$ 8.000,00	0,7828	0,7054	0,7468	
	Entre R\$ 8.001,00 e R\$ 10.000,00	0,7706	0,7109	0,7742	
	Acima de R\$ 10.000,00	0,8194	0,7633	0,8159	
Nível de educação	Baixo nível	0,7385	0,6475	0,4856	0,001
	Alto nível	0,8101	0,7568	0,8668	

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Relacionado à faixa etária, quantidade de filhos e vínculo empregatício, pode-se observar que os p-valores são superiores a 5% (nível de significância). Dessa forma diz-se que, em média, a atitude, o comportamento e o conhecimento financeiro são semelhantes para as diferentes faixas etária, quantidade de filhos e tipo de vínculo empregatício. Porém, com relação ao sexo, os homens têm em média, melhor atitude, comportamento e conhecimento financeiro. Da mesma forma,

os casados e os que possuem renda superior a dez mil reais têm, em média, melhor atitude, comportamento e conhecimento financeiro.

4.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PLANEJAMENTO PARA A APOSENTADORIA

Na Tabela 7 é apresentada a distribuição das variáveis socioeconômica e demográfica em relação à situação dos indivíduos frente a aposentadoria.

Tabela 7- Distribuição das variáveis socioeconômica e demográfica vs situação em face da aposentadoria

Características	Situação em face da aposentadoria						
	Já tenho		Não me preocupo e não vejo necessidade		Tenho planos para começar		
	N	%	N	%	N	%	
Faixa etária	Até 25 anos	4	3,10%	7	10,45%	21	16,15%
	De 26 anos até 30 anos	19	14,73%	11	16,42%	37	28,46%
	De 31 anos até 35 anos	36	27,91%	13	19,40%	25	19,23%
	De 36 anos até 40 anos	25	19,38%	7	10,45%	22	16,92%
	Acima de 40 anos	45	34,88%	29	43,28%	25	19,23%
Sexo	Feminino	42	32,56%	33	49,25%	58	44,62%
	Masculino	87	67,44%	34	50,75%	72	55,38%
Estado civil	Solteiro (a)	29	22,48%	20	29,85%	56	43,08%
	Casado (a)	82	63,57%	35	52,24%	54	41,54%
	União estável	13	10,08%	4	5,97%	11	8,46%
	Separado (a) /divorciado (a)	5	3,88%	8	11,94%	8	6,15%
	Viúvo (a)	0	0,00%	0	0,00%	1	0,77%
Quantidade de filhos	Nenhum	59	45,74%	28	41,79%	74	56,92%
	1 filho	40	31,01%	16	23,88%	27	20,77%
	2 filhos	25	19,38%	20	29,85%	21	16,15%
	3 filhos	4	3,10%	3	4,48%	5	3,85%
	Acima de 3 filhos	1	0,78%	0	0,00%	3	2,31%
Vínculo empregatício	Autônomo/informal	17	13,18%	12	17,91%	26	20,00%
	Empregado e dono de negócio	5	3,88%	2	2,99%	9	6,92%
	Empregado/formal	91	70,54%	49	73,13%	80	61,54%
	Empresário	13	10,08%	2	2,99%	12	9,23%
	Sem informação	3	2,33%	2	2,99%	3	2,31%
Renda	Até R\$ 1.800,00	2	1,55%	10	14,93%	19	14,62%
	Entre R\$ 1.801,00 e r\$ 2.600,00	4	3,10%	5	7,46%	14	10,77%
	Entre R\$ 2.601,00 e r\$ 4.000,00	13	10,08%	9	13,43%	26	20,00%
	Entre R\$ 4.001,00 e r\$ 6.000,00	15	11,63%	18	26,87%	28	21,54%
	Entre R\$ 6.001,00 e r\$ 8.000,00	25	19,38%	7	10,45%	13	10,00%
	Entre R\$ 8.001,00 e r\$ 10.000,00	18	13,95%	4	5,97%	13	10,00%
	Acima de R\$ 10.000,00	51	39,53%	12	17,91%	16	12,31%
Sem informação	1	0,78%	2	2,99%	1	0,77%	

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Segundo a faixa etária, entre os indivíduos que já possuem um plano de previdência, 34,88% têm idade superior a 40 anos, 27,91% têm idade entre 31 e 35 anos. Entre os que não se preocupam e não veem necessidade de começar a poupar, 43,28% têm idade superior a 40 anos, e 19,40% entre 31 e 35 anos. Dos que têm planos de começar a poupar, 28,46% estão na faixa entre 26 e 30 anos, e 19,23% estão entre 31 e 35 anos. Observa-se que os indivíduos que já têm plano de previdência e os que não se preocupam estão concentrados entre os indivíduos com idade acima de 40 anos, enquanto aqueles com planos de começar, há predominância entre os de 26 anos até 30 anos idade, sendo que entre as demais idades não há diferença significativa

Com relação ao sexo nas três categorias (já possui plano de previdência, não se preocupa e não vê necessidade de começar a poupar, e tem planos para começar), os homens demonstram melhor comportamento em relação à situação para a aposentadoria: 67,44% já possuem um plano para a aposentadoria, enquanto que entre as mulheres apenas 32,56% afirmaram já ter um plano.

Segundo o estado civil, a maior parte dos indivíduos que já possuem plano de aposentadoria e os que não se preocupam, são casados (63,57% e 52,24%, respectivamente), seguido dos solteiros (22,48% e 29,85%, respectivamente), já o grupo dos que possuem planos para começar a poupar não apresentou grande diferença (43,08% e 41,54%) entre casados e solteiros.

Entre os que já possuem planos de previdência, 45,74% não possuem filhos e 31,01% apenas 1 filho. Dos que não se preocupam e não veem necessidade de poupar, 41,79% não possuem filhos e 29,85% possuem 2 filhos. Já os que têm planos para começar a poupar 58,92% não possuem filhos e 20,77% têm apenas 1 filho. Aqui chama a atenção para os que não têm filhos, também são os que mais têm plano de aposentadoria, 45,74%, seguido dos que relatam ter apenas 1 filho, 31,01%.

Em relação ao vínculo empregatício, a maioria dos indivíduos são empregados formais e apresentaram um comportamento semelhante para as três categorias, 70,54% já têm um plano para a aposentadoria, 73,13% não se preocupam e não veem necessidade para isso e 61,54% têm planos de começar a poupar.

Entre os indivíduos que já possuem plano de previdência, 39,53% dizem ter renda superior a R\$ 10.000,00 reais; dos que não se preocupam e não veem

necessidade, 26,87% disseram ter renda entre r\$ 4.001,00 e r\$ 6.000,00; e 17,91% informaram receber acima de dez mil reais. Já aqueles com planos de começar a poupar, 21,54% têm renda entre r\$4.001,00 e r\$ 6.000,00 reais, e 20% entre r\$ 2.601,00 e r\$ 4.000,00 reais. Os que já possuem plano de previdência também são os que possuem maior renda em relação aos demais.

Quadro 8 – Tipo de moradia vs situação em face da aposentadoria

Moradia	Plano para previdência			Total Geral
	Já tenho um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria	Tenho planos de começar a poupar para aposentadoria no futuro	Não me preocupo e não vejo necessidade	
Alugada	21	39	15	75
Familiar	13	32	9	54
Própria financiada	32	31	15	78
Própria quitada	64	34	27	125
Outro tipo de moradia	2	0	1	3

Fonte: Elaborado pela autoria (2017)

No Quadro 8, pode-se verificar o tipo de moradia em que 51% dos que declararam ter casa própria quitada também são os que já possuem um plano para a aposentadoria, seguido por quem já tem casa própria financiada, com 41%. Isso demonstra que os que já têm plano para a aposentadoria também são os que estão mais seguros em relação à moradia. Também, entre aqueles com moradia quitada, 22% responderam não ter preocupação e não veem necessidade de preparar para a aposentadoria. Por sua vez, os que declararam ter moradia alugada (52%) e familiar (59%) responderam que têm planos de começar a poupar para a aposentadoria.

Na Tabela 8, tem-se o nível de educação financeira, posse de produtos de investimento e de proteção em relação à situação de aposentadoria. Pode-se observar que 40% dos que disseram ter planos de começar a poupar, 50,75% dos que não se preocupam e não veem necessidade de um plano de previdência e 21,71% dos que já têm um plano de previdência apresentaram baixo nível de educação financeira. Cerca de 72,09% dos que disseram já ter um plano de previdência, 54,62% dos que têm planos de começar a poupar e 34,33% dos que não se preocupam apresentaram alto nível de educação financeira. Esses dados sugerem que quanto maior o nível de educação financeira mais o indivíduo se preocupa em poupar para uma futura aposentadoria.

Tabela 8 - Situação em face da aposentadoria vs nível de educação financeira, posse de produtos de investimento e de proteção

Característica		Situação em face da aposentadoria					
		Já tenho		Não me preocupo e não vejo necessidade		Tenho planos para começar	
		N	%	N	%	N	%
Nível	Baixo	28	21,71%	34	50,75%	52	40,00%
	Alto	93	72,09%	23	34,33%	71	54,62%
	Sem informação	8	6,20%	10	14,93%	7	5,38%
Investimentos	Apenas um tipo de investimento	28	21,71%	35	52,24%	61	46,92%
	Dois tipos de investimentos	33	25,58%	7	10,45%	28	21,54%
	Três tipos de investimentos	20	15,50%	7	10,45%	9	6,92%
	Mais que 3 tipos de investimentos	38	29,46%	1	1,49%	2	1,54%
	Não possui investimento	10	7,75%	16	23,88%	29	22,31%
	Sem informação	0	0,00%	1	1,49%	1	0,77%
Produtos de proteção	Não ou apenas plano de saúde	10	7,75%	25	37,31%	54	41,54%
	Possui pelo menos um	118	91,47%	42	62,69%	76	58,46%
	Sem informação	1	0,78%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Sobre os investimentos que os entrevistados possuem, entre os que já têm plano de previdência, 29,46% possuem mais de três tipos de investimento e 25,58% dois tipos de investimento. Dos que não se preocupam e não vêem necessidade, 52,24% possuem apenas um tipo de investimento e 23,88% não possuem investimentos. Entre os que têm planos para começar a poupar, 46,92% disseram ter apenas um tipo de investimento, 22,31% não têm nenhum tipo de investimento e 21,54% disseram ter dois tipos de investimento. Sendo assim, a análise mostra que há uma relação positiva entre investimento financeiro e planejamento para aposentadoria, ou seja, quem já tem planos de previdência também são os que têm mais investimentos financeiros.

Em relação a produtos de proteção, pode-se observar que 91,47% dos que já possuem plano de previdência também optaram por pelo menos um produto de proteção. Já os que não se preocupam e não veem necessidade (62,69%) e os que têm planos para começar a poupar (58,46%) também informaram ter produtos de proteção.

Na Tabela 9 é apresentado uma análise sobre a situação dos entrevistados em face da aposentadoria e as pontuações obtidas em relação aos três construtos trabalhados (atitude, comportamento e conhecimento financeiro).

Tabela 9 - Resultado ANOVA - Situação em face da aposentadoria vs atitude, comportamento e conhecimento financeiro

	Característica	Atitude Financeira	Comportamento Financeiro	Conhecimento Financeiro
Situação em relação à aposentadoria	<i>Já tenho um plano de previdência</i>	<i>0,8134 a</i>	<i>0,7712 a</i>	<i>0,8024 a</i>
	Não me preocupo e não vejo necessidade	0,7569 b	0,6502 b	0,6587 b
	Tenho planos de começar a poupar	0,7672 b	0,6932 b	0,6864 b

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

O resultado da ANOVA mostra que os indivíduos com planos de começar a poupar e os que não se preocupam e não veem necessidade apresentam, em média, a mesma pontuação nos três construtos. E aqueles com plano de previdência têm, em média, melhor pontuação nos três indicadores separadamente e conjuntamente. Vale lembrar que esse mesmo comportamento foi observado em relação ao indicador de educação financeira analisado anteriormente.

Na Tabela 10, encontram-se informações sobre como os tipos de planos de aposentadoria se distribuem segundo os níveis de educação financeira. Observa-se que entre os indivíduos caracterizados com baixo nível de educação financeira, 43,97% possuem apenas previdência social, 25% possuem outros tipos de previdência e 31,06% não possuem planos de previdência. Entre os indivíduos com alto nível de educação financeira, 34,04% possuem apenas previdência social, 45,21% possuem outro tipo de previdência e 20,74% não possuem planos de previdência. É evidente que os indivíduos que não possuem planos de previdência e os que possuem apenas previdência social estão no grupo de baixo nível de educação financeira, por outro lado, os que possuem outros tipos de previdência estão em maior número no grupo de alto nível de educação financeira. No entanto, há de se observar que em ambos os grupos há um número significativo de pessoas que não têm nenhum tipo de plano para a aposentaria.

Tabela 10 - Relação tipo de previdência vs nível de educação financeira

	Característica	Baixo		Alto	
		N	%	N	%
Tipos de previdência	Apenas previdência social	51	43,97%	64	34,04%
	Outros tipos de previdência	29	25,00%	85	45,21%
	Nenhum	36	31,03%	39	20,74%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Como pode ser observado na Tabela 11, os indivíduos que possuem outros tipos de previdência apresentam maior pontuação em relação à educação financeira, além disso, a pontuação desses é significativamente distinta dos demais (que possuem apenas previdência social ou não possuem previdência).

Tabela 11 - Pontuação da educação financeira

	Característica	Média Alfabetização Financeira
Tipos de previdência	Apenas previdência social	2,2430 a
	Outros tipos de previdência	2,4190 b
	Nenhum	2,1940 a

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

As informações da Tabela 12 mostram o comportamento dos indivíduos em relação aos construtos atitude, comportamento e conhecimento financeiro conjuntamente.

Tabela 12 - Pontuação dos construtos vs tipos de previdência

Característica	Atitude Financeira	Comportamento financeiro	Conhecimento financeiro	MANOVA Sig	
Tipos de previdência	Apenas previdência social	0,7746	0,7134	0,6853	
	Outros tipos de previdência	0,8000	0,7346	0,7917	0,003
	Nenhum	0,7691	0,6959	0,6610	

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

O teste diz que pelo menos uma das médias das três dimensões difere significativamente das demais, podendo-se observar que os indivíduos que possuem maior pontuação nos três indicadores também são os que afirmam ter outros planos de previdência.

5 CONCLUSÃO

O tema aposentadoria tem sido vastamente discutido no Brasil motivado, em especial, pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287, que traz discussões sobre as reformas trabalhista e da Previdência. Considerando ainda o ambiente macroeconômico e globalizado em que a sociedade está inserida, cada vez mais, é exigido autossuficiência e responsabilidade financeira dos cidadãos, e a educação financeira é um ingrediente essencial para a construção do ciclo de vida bem-sucedido objetivando a aposentadoria. Neste contexto, preparar a população para a aposentadoria é um dos princípios propostos pela OCDE. Ainda, de acordo com a ENEF, estudantes universitários fazem parte do público-alvo adulto da Estratégia Nacional de Educação Financeira para o Brasil.

Destarte, este trabalho teve como propósito, a partir de uma pesquisa quantitativa descritiva, com uso de técnica estatística descritiva e multivariada, identificar se há relação entre o nível de educação financeira e o planejamento financeiro para a aposentadoria, tendo como amostra alunos de pós-graduação (*Lato e Stricto Sensu*).

A partir do referencial teórico, foi construído e aplicado um questionário composto por quatro blocos de questões: o primeiro composto por variáveis socioeconômica e demográfica com o propósito de definir o perfil da amostra e sua situação frente a aposentadoria; nos demais blocos, foram utilizadas questões relacionadas ao conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro, que subsidiaram o cálculo do nível de educação financeira da amostra.

Obteve-se um retorno de 329 questionários, sendo 304 respondidos completamente e 25 questionários com resposta apenas às questões do primeiro bloco – socioeconômico e demográfico.

Quanto ao perfil na amostra, é predominantemente composto por pessoas com idade acima de 40 anos (30,40%), do sexo masculino (58,97%), casadas (58,28%) e sem filhos/dependentes (48,94%). Por sua vez, o vínculo de emprego é composto por grande maioria (66,87%) de empregados com vínculo formal de emprego. Para a variável renda, 24,01% declararam receber mais de R\$ 10.000,00 por mês; e o segundo maior grupo declarou ter renda entre R\$ 4.001,00 e R\$ 6.000,00, o que corresponde a 18,84% da amostra. Sobre a situação de

aposentadoria, 39,21 % declararam já ter um plano de previdência ou poupança para a aposentadoria; e 20,36 afirmaram não ter preocupação ou não ver necessidade de poupar; e 39,51% declararam ter planos de começar a poupar pensando na aposentadoria. Diversos estudos destacam a influência de aspectos socioeconômico e demográfico sobre o nível de educação financeira da população (LUSARDI; MITCHELL, 2011; ATKINSON; MESSY, 2012; OECD, 2013; CHEN; VOLPE, 1998).

Constatou-se, neste trabalho, que o nível de educação financeira da amostra é alto, representado por 61,84% do total. Os entrevistados foram classificados em dois *clusters*, *baixo nível* com n=116 (38,16%) e *alto nível* com n=188 (61,84%). Estudos apontam que pessoas de maior nível de formação universitária são as que apresentam maiores níveis de educação financeira (CHEN; VOLPE, 1998).

Entre os classificados no cluster "*alto nível*" de educação financeira também são os com idade acima de 40 anos, casados, com vínculo de emprego formal, renda acima de R\$ 10.000,00 e sem filhos/dependentes. Essa constatação é ratificada por estudos que destacam que pessoas com mais idade, do sexo masculino, casadas, maior faixa de renda e com maior tempo de vínculo de emprego são as que apresentam melhores índices de educação financeira (LUSARDI; MITCHELL, 2011; ATKINSON; MESSY, 2012; OECD, 2013; CHEN; VOLPE, 1998). Quando analisamos essas variáveis em relação ao nível de educação financeira, observamos que as pessoas do sexo masculino, casadas, e com renda acima de R\$ 10.000,00 foram as que apresentaram maior significância em relação ao nível de educação financeira.

Na análise das dimensões que compõem os *clusters* de educação financeira, identificamos que a dimensão conhecimento financeiro foi a que obteve a pior pontuação média no grupo "baixo nível", com 47,79% (respostas corretas), seguido da dimensão comportamento, com 64,95% (respostas positivas – concordo/concordo muito). Estudo de Matta (2007) revelou um baixo nível de conhecimento financeiro de um grupo de estudantes universitários em que 40,7% não acertaram mais que 60% das questões de conhecimento, o que aponta para a necessidade de maiores informações sobre conceitos financeiros (MATTA, 2007).

Já no grupo "*alto nível*", a dimensão que obteve a pior média foi comportamento financeiro, 75,69% (respostas positivas – concordo/concordo muito), com destaque para a dimensão conhecimento financeiro que obteve a melhor

média, 86,50% (respostas corretas). Estudo de Fernandes *et al.* (2014) sugere que programas de educação financeira com viés para questões comportamentais da educação financeira poderiam surtir maiores efeitos para os níveis de educação financeira (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014).

Quando analisamos a situação dos entrevistados frente à aposentadoria *vis a vis* as dimensões atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro, identificamos que os entrevistados que declararam já possuir um plano para a aposentadoria têm, em média, melhor pontuação nas três dimensões. Isso demonstra uma influência positiva de todas as dimensões para a situação de aposentadoria com destaque para a dimensão atitude financeira. Esse mesmo resultado foi obtido quando analisadas as dimensões em relação ao nível de educação financeira, 72,09% dos que declararam já ter um plano para a aposentadoria estão no grupo “*alto nível*” de educação financeira.

Quando analisamos os tipos de planos de aposentadoria, excluído a Previdência Social/INSS, identificamos que 37,39% (n=114) declararam ter outros tipos de previdência; 38,60% (n=115) declararam ter a previdência social como a única condição de aposentadoria; e 24,01% (n=75) declararam não possuir qualquer tipo de plano para este fim. Estes dados ratificam a pesquisa SPC/CNDL (2016) e HSBC (2013), em que somente 31,1% dos entrevistados disseram que se preparam para a aposentadoria, excluindo a contribuição para o INSS, 31% dos rendimentos de sua aposentadoria virão do Estado, e para 37%, a pensão do Estado será uma fonte de renda importante na aposentadoria.

O estudo mostra que indivíduos que possuem outros tipos de previdência apresentam maior pontuação em relação ao nível de educação financeira (45,21%). Além disso, a pontuação desses é significativamente positiva e distinta dos demais, que possuem apenas previdência social (34,04%) e dos que não possuem previdência (20,74%), quando analisados dentro do grupo “*alto nível*”. No entanto, constatou-se que, em ambos os grupos (*alto, baixo*), há um número significativo de pessoas que não têm nenhum tipo de plano para a aposentaria, o que corresponde a 24,01% da amostra.

Outra conclusão relevante neste estudo mostra que indivíduos que obtiveram as melhores pontuações nas três dimensões (conhecimento, atitude e comportamento financeiro), também são os que declararam ter outros tipos de previdência, excluindo a Previdência Social.

Quando relacionamos quem já tem algum tipo de plano para a aposentadoria com os que declararam ter um ou mais tipos de investimento financeiro e produtos de proteção, também identificamos uma relação positiva em percentual dentro deste grupo. O mesmo se repete para a variável moradia, quem já tem plano para aposentadoria também são os que já possuem moradia própria quitada (51%) ou financiada (41%). De acordo com Lusardi e Mitchell (2014), a alfabetização financeira melhora a análise de investimentos, financiamentos, pagamentos a crédito, planos para aposentadoria, entre outros.

Por fim, concluímos que, para a amostra analisada, o planejamento para a aposentadoria demonstrou relação positiva com o nível de educação financeira, e que as variáveis socioeconômica e demográfica exercem influência sobre o nível de educação financeira. Constatou-se, também, que a dimensão comportamento financeiro foi a que demonstrou as menores médias em relação à situação de planejamento para a aposentadoria. Jacobs *et al.* (2004) concluem que atividades de planejamento são influenciadas por uma variedade de variáveis demográficas e psicológicas (JACOBS; HERSHEY; NEUKAM, 2004), Fernandes *et al.* (2014) sugerem que um viés comportamental da educação financeira poderia surtir mais efeitos para os resultados das estratégias de educação financeira.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Algumas limitações foram identificadas neste estudo.

A primeira refere-se ao tipo de amostragem utilizada, não probabilística. Por questões de recursos, restrição e limitação de acesso a alunos de uma ou mais instituição específica, optou-se pela técnica de amostragem tipo bola de neve. Essa técnica indica que “as referências terão características demográficas e psicológicas mais semelhantes às das pessoas que as indicam do que poderia ocorrer ao acaso” (MALHOTRA, 2012, p. 278).

De acordo com Malhotra (2012), as amostras não probabilísticas podem oferecer boas estimativas das características da população, mas não permitem uma avaliação objetiva da precisão dos resultados amostrais. Por não ser possível definir a probabilidade de escolha de qualquer componente específico para inclusão na amostra, as estimativas obtidas não são estatisticamente projetáveis para a

população (MALHOTRA, 2012). Isso requer cautela quanto às inferências e projeções dos resultados sobre a população-alvo.

Outra limitação encontrada foi em relação ao tamanho da amostra obtida. De 833 questionários enviados, foram recebidos apenas 329 questionários válidos, entre os quais 304 completos. De acordo com Hair *et al.* (2005, p. 98), “o mínimo é de ter pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis a serem analisadas, e o tamanho mais aceitável teria uma proporção de dez para um”. Desta forma, trabalhou-se com o tamanho mínimo sugerido, considerando o questionário de pesquisa ser composto por 48 variáveis.

5.2 CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS

O tema educação financeira tem recebido cada vez mais atenção, tanto por parte do governo quanto de organizações privadas e entidades civis. Desta forma, estudos que abordem o tema e seus reflexos na vida da população tornam-se relevantes e enriquecem o meio acadêmico. Este trabalho poderá contribuir para a elaboração de futuras pesquisas sobre a influência da Educação Financeira na tomada de decisões de planejamento de longo prazo, com novas abordagens e públicos específicos de interesse, em especial para o público-alvo adulto da ENEF.

Para os formuladores de políticas públicas e membros da ENEF, o estudo serve de referência para avaliar a efetividade das ações em curso nas diversas esferas da sociedade, conforme estabelecido no Plano Diretor da ENEF. É imprescindível avaliar a eficiência, a eficácia e, principalmente, a efetividade das ações de educação financeira implantadas, pois essa é uma forma objetiva de se analisar se a ação produziu, de fato, alguma mudança duradoura de comportamento do público objeto da estratégia, que somente é perceptível com mudança de comportamento ou atitude em relação ao uso do dinheiro e aos hábitos de consumo, mensurável em médio e longo prazo. (BRASIL, 2009).

5.3 PROPOSIÇÃO PARA ESTUDOS FUTUROS

Várias são as possibilidades de abordagem, de público-alvo e técnicas de pesquisa. O Brasil é um país com grande dimensão geográfica, com muitas culturas e diferenças regionais nos níveis de educação e desenvolvimento econômico. Por isso, para os próximos trabalhos, sugere-se a investigação com outros públicos, extensão maior de amostra e diferentes técnicas de pesquisa a fim de que outras realidades socioeconômicas e demográficas possam ser comparadas.

REFERÊNCIAS

- AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp150820.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy: results of the OECD/ International Network on Financial Education (INFE) pilot study**. OCDE, França, março 2012. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/finance-and-investment/measuring-financial-literacy_5k9csfs90fr4-en#page1. Acesso em: 09 mai. 2016.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 23 abr. 2016.
- _____. **V Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira**. 2013. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/incfinac/vforum/docs/5_MP_AEFBRASIL.pdf. Acesso em: 23 abr. 2016.
- BRASIL. Previdência Social. **Diário Oficial da União – Seção 1**. ISSN 1677-7042. Nº 11, 16 Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2017/01/beneficios-indice-de-reajuste-para-segurados-que-recebem-acima-do-minimo-e-de-658-em-2017/>. Acesso em: 07 mai. 2017.
- _____. Previdência social. Ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Fazenda. **Diário Oficial da União (DOU)**. Janeiro 2016. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2016/01/beneficios-indice-de-reajuste-para-segurados-que-recebem-acima-do-minimo-e-de-1128-em-2016/>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- _____. Presidência da República. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. ENEF**. Decreto 7.397 de 22 dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 23 abr. 2016.
- _____. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2016.
- _____. Recomendação Conselho de Gestão da Previdência Complementar. **Diário Oficial da União**. DOU 102, de 30 de maio de 2008, seção 1, página 80, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/legislacao-especifica-1/recomendacoes/recomendacao-cgpc-ndeg-1-de-28-de-abril-de-2008.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2016.

- CARDOZO, J. S. **Um olhar sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3288/1/2011_JulianadeSousaCardozo.pdf. Acesso em: 20 mai. 2016.
- CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/683d/f4577aa70d87a01c8590a070c55134470cc0.pdf>. Acesso em 14 abr. 2017.
- DAVENPORT, T. H.; KIM, J. **Dados demais!** Como desenvolver habilidades analíticas para resolver problemas complexos, reduzir riscos e decidir melhor. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. Preparation for Retirement, Financial Literacy and Cognitive Resources. Michigan Retirement Research Center. **Working Paper**, 2008-190. 2008. Disponível em: <http://www.mrrc.isr.umich.edu/publications/papers/pdf/wp190.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.
- EKERDT, D. J., KOSLOSKI, K.; DEVINEY, S. The normative anticipation of retirement by older workers. **Health and Retirement Study**, 22, 3-22. 2000. Disponível em: <https://hrspubs.sites.uofmhosting.net/publications/biblio/6689>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- ENEF – Comitê Permanente do Comitê Nacional de Educação Financeira. Janeiro 2016. **Resultados do workshop de identificação, alinhamento e fomento das ações voltadas aos adultos e outros públicos selecionados**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- EUROPEAN BANKING FEDERATION. **Financial Education - National Strategies in Europe**. Published at the launch of the first European Money Week. Março. 2015. Disponível em: http://www.ebf-fbe.eu/wp-content/uploads/2013/11/GoodPracticesReport_EuropeanMoneyWeek-FINAL.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.
- EUROSTAT. **Proporção de taxa de dependência da velhice**. Código: tsdde511. Março 2017. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/tsdde511>. Acesso em: 01 jun.2017.
- Exame.com. **Os 10 países mais pobres do mundo**. Disponível em: http://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf. Acesso em: 18 out. 2016.
- FERNANDES, D.; LYNCH Jr, J. G.; NETEMEYER, R. G. 2014. Financial Literacy, Financial Education, and Downstream Financial Behaviors. **Institute for Operations Research and the Management Sciences**. 60(8):1861-1883. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>. Acesso em: 12 out. 2016.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Arned, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Atlas, 1989.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATAHAM, R. L.; CLACK, W.C. **Análise Multivariada de Dados**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2005.

HELPPIE, B; KAPINOS, K.A; WILLIS. R J. Occupational Learning, Financial Knowledge, and the Accumulation of Retirement Wealth. Michigan Retirement Research Center. **Working Paper**, 2010-237. Out. 2010. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/78354/wp237.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2017.

HERSHEY, D.A.; HENKENS, K.; VANDALEN, H. P. Mapping the Minds of Retirement Planners: A Cross-cultural Perspective. **Tinbergen Institute Discussion Paper**, TI 2006-038/1. Disponível em: <http://www.tinbergen.nl>. Acesso em: 01 mai. 2017.

HERSHEY, D. A.; BROWN, C. A.; JACOBS, L. J. M.; JACKSON, J. Retirees' perceptions of important retirement decisions. **The Southwestern Journal o Gang**, **16**, 91-100. 2001. Disponível em: Acesso em: 01 mai. 2017.

HSBC. **O Futuro da Aposentadoria**. HSBC Insurance Holdings Limited. Londres, 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=futuro-da-aposentadoria-brasil.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

HUNG, A. A.; PARKER, A. M.; YOONG, J. Defining and measuring financial literacy. **RAND Corporation**, 23 setembro 2009. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2009/RAND_WR708.pdf. Acesso em: 09 mai. 2016.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v.44, nº2, p.296-316, 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x/epdf>. Acesso em: 09 mai. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relações entre as Alterações Históricas na Dinâmica Demográfica Brasileira e os Impactos Decorrentes do Processo de Envelhecimento da População**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; OUDHEUSDEN, V. P. **Financial Literacy Around the World: Insights From the Standards & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey**. 2014. Disponível em: http://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf. Acesso em: 15 set. 2016.

JACOBS, L. J. M.; HERSHEY, D. A. Influence of future time perspective, financial knowledge, and financial risk tolerance on retirement saving behaviors. **Financial Services Review** 14 (2005) 331–344. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.392.5839&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 01 mai. 2017.

_____; HERSHEY, D. A. Perceptions of financial stability in retirement: do Americans really know what to expect?. **Advances in psychology research**, Vol. 22; pp. 123–136. New York: NOVA Publishing Company. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Douglas_Hershey/publication/228894101_Perceptions_of_financial_stability_in_retirement_Do_Americans_really_know_what_to_expect/links/02bfe50f03ee9949ae000000.pdf. Acesso em: 01 mai. 2017.

_____; _____; NEUKAM, K. A. Gender Differences in Factors that Influence Time Spent Planning for Retirement. **Journal of Women & Aging**, Vol.16 (3/4). 2004. https://www.researchgate.net/profile/Douglas_Hershey/publication/7957233_Gender_Differences_in_Factors_that_Influence_Time_Spent_Planning_for_Retirement/links/0fcfd511e52aea99a6000000/Gender-Differences-in-Factors-that-Influence-Time-Spent-Planning-for-Retirement.pdf. Acesso em: 30 mai. 2017.

LUSARDI, Annamaria. O bê-á-bá das finanças. **Valor Econômico**, São Paulo, outubro 2014. Disponível em: [http://www.fundacaoitasa.com.br/Upload/Noticia/83_Mat%C3%A9ria%20Valor%20Econ%C3%B4mico%20-%2014out2014%20\(1\).pdf](http://www.fundacaoitasa.com.br/Upload/Noticia/83_Mat%C3%A9ria%20Valor%20Econ%C3%B4mico%20-%2014out2014%20(1).pdf). Acesso em: 02 mai. 2016.

_____; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy : theory and evidence. *Journal of Economic Literature*. **Pittsburgh**, v. 52, n. 1, p. 5–44, Mar. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1257/jel.52.1.5>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____; _____. Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing. **National Bureau Of Economic Research**. Mai. 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w17078.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____; _____. How Ordinary Consumers Make Complex Economic Decisions: Financial Literacy and Retirement Readiness. **CFS Working Paper No. 2010/11**. Abr. 2010. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/43204/1/630564736.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____; _____; CURTO Vilsa. **Financial Literacy among the Young: Evidence and Implications for Consumer Policy**. Jan. 2010. Disponível em: http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/Financial_literacy_young.pdf. 07 mai. 2017.

MATTA, R. C. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: O Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5293/1/2007%20Rodrigo%20Oct%C3%A1vio%20Beton%20Matta.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2017.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MICHENER, H. Andrew; DELAMATER, John D.; MYERS, Daniel J. **Psicologia Social**. São Paulo: Thomson, 2005.

MITCHELL, O. S.; MOORE, J. F. Can Americans afford to retire? New evidence on retirement savings adequacy. **The Journal of Risk Insurance**, 65, 371-400. Setembro 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/253656>. Acesso em: 01 mai. 2017.

MONTEIRO, P. C. Importância da educação previdenciária. **Revista Técnica do 29º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão**, Abrapp/ICSS/Sindapp, p. 68-75. Rio de Janeiro, Novembro 2008. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/outrosAssuntos/imporeducacao.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

MOORE, D. L. Survey of financial literacy in Washington State: knowledge, behavior, attitudes and experiences. Social and Economic Sciences Research Center. **Technical Report Number**, p. 03-39. Dezembro 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265728242_Survey_of_Financial_Literacy_in_Washington_State_Knowledge_behavior_Attitudes_and_Experiences. Acesso em: 10 mai. 2016.

OECD. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Better Policies for Better Lives**. 2016. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/list-oecd-member-countries.htm>. Acesso em: 02 out. 2016.

_____. Organisation for Economic Cooperation and Development. **List of OECD Member countries - Ratification of the Convention on the OECD**. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. **Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender**. Junho 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf. Acesso em: 09 mai. 2016.

_____. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for Conducting an Internationally Comparable Survey of Financial Literacy**. 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>. Acesso em: 00. Mai. 2016.

_____. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**, Julho 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. **Estudos Econômicos da OCDE Brasil**. Editora FGV, 244 p. Rio de Janeiro, junho 2005. Disponível em: <
http://www3.mte.gov.br/observatorio/Completo_OCDE.pdf. Acesso em: 18 abr. 2016.

O'NEILL, B.; XIAO, J.J. Financial Behaviors Before and After the Financial Crisis: Evidence from an Online Survey. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 23, n. 1, p. 33-46, 2012. Disponível em:
https://www.afcpe.org/assets/pdf/v23_j3.pdf. Acesso em: 06 mai. 2017

PICCOLI, M. R.; SILVA, T. P. Análise do nível de educação em gestão financeira dos funcionários de uma instituição de ensino superior. **Revista Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 15, n. 41, Out./Dez. 2015. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/7249>. Acesso em: 28 nov. 2016.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária: as novas fronteiras dos fundos de pensão**. São Paulo, Setembro 2008. Disponível em:
<http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/outrosAssuntos/superavit.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

PORTO, R. B. **Atitude do Consumidor: Estrutura dos Modelos Teóricos**. 2006. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EMA/ema_2006/MKT-A/2006_EMAA34.pdf. Acesso em: 15 abr. 2017.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. **Você é Alfabetizado Financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira**. 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/13800421-Voce-e-alfabetizado-financeiramente-descubra-no-termometro-de-alfabetizacao-financeira.html>. Acesso em: 21 mai. 2016.

_____. A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Proposição de um Modelo e Análise da Influência das Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. In. **XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, setembro 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_FIN598.pdf. Acesso em: 21 mai. 2016.

_____. A.C.G; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 314-333. 2013. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/272911929_Nivel_de_alfabetizacao_financeira_dos_estudantes_universitarios_afinal_o_que_e_relevante. Acesso em: 21 mai. 2016.

REMUND, D.L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n.2, p. 276-295, 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x/epdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

SAITO, A. T.; SAVOIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento econômico – OCDE. **IX SEMEAD. Administração no Contexto Internacional**. Seminários em Administração FEA-USP, 2006. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf. Acesso em: 20 mai. 2016.

SERASA Consumidor, IBOPE Inteligente. **IndEF 2015 - Indicador de Educação Financeira**. Disponível em: http://adminsita.maxpressnet.com.br/Conteudo/Arquivos/Documento/783254_1.pdf. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. **IndEF 2014 - Indicador de Educação Financeira**. Disponível em: <http://serasaconsumidor.com.br/indef/>. Acesso: 25 abr. 2016.

SHOCKEY, S. S. **Low-wealth adults financial literacy. Money management behavior and associates factors, including critical thinking**. Dissertação de Doutorado, Universidade de Utah, Salt Lake City, Utah, Estados Unidos, 2002. Disponível em: https://etd.ohiolink.edu/!etd.send_file?accession=osu1486402544590666&dispositio n=inline. Acesso em: 14 mai. 2017.

SPC BRASIL, CNDL. **O planejamento do brasileiro para a aposentadoria**. Julho 2016. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/.../Análise-Aposentadoria.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

STANDARD AND POORS. **Pesquisa Global de Educação Financeira, 2014**. Disponível em: http://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf. Acesso em: 20 set. 2016.

STAWSKI, R. S.; HERSHEY, D. A.; JACOBS-LAWSON, J. M. (2005). Goal clarity and financial planning activities as determinants of retirement savings contributions. **International Journal of Aging and Human Development**. 2007; 64 (1): 13-32. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17390963>. Acesso em: 01 mai. 2017.

WILLMORE, Larry. Three Pillars of Pensions? A Proposal to End Mandatory Contributions. **Economic & Social Affairs**. ST/ESA/2000/DP.13 DESA Discussion Paper No. 13. Jun.2000. Disponível em: <http://www.un.org/esa/esa00dp13.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

XIAO, J. J.; TANG, C.; SERIDO, J.; SHIM, S. Antecedents and consequences of risky credit behavior among college students: application and extension of the theory of planned behavior. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 30, n. 2, p. 239-258, 2011. DOI: 10.1509/jppm.30.2.239. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=ugjL5woAAAAJ&citation_for_view=ugjL5woAAAAJ:Se3iqnhoufwC. Acesso em: 15 abr. 2017.

APÊNDICE A – Termo de Livre Consentimento

Estamos estudando como educação financeira pode contribuir para o futuro das pessoas, e sua ajuda será fundamental para o nosso sucesso. Os dados recebidos serão utilizados para a elaboração de uma dissertação sobre o assunto.

Destacamos que serão preservados em sigilo absoluto a sua identidade e dados pessoais para que haja total liberdade de expressão para todos os participantes.

A pesquisa é restrita tão somente ao meio acadêmico e a publicação é de caráter estritamente científico (teses e artigos), sem valor comercial.

O preenchimento do questionário leva de 5 a 10 minutos. É solicitado o preenchimento de um questionário composto por 49 questões, sendo 12 questões para identificar o perfil socioeconômico e demográfico dos respondentes, 8 questões objetivas e 29 questões fechadas de cinco pontos de concordância (discordo muito/concordo muito).

A adesão à pesquisa não é obrigatória, mas a sua participação é muito importante para o sucesso do nosso projeto e contamos com você.

Muito obrigada!

DEODETE CUNHA DOS SANTOS
Mestranda em Administração Profissional

PROFESSOR DOUTOR LUIZ ROBERTO CALADO
Orientador Centro Universitário Alves Faria - ALFA

Goiânia (GO)

Apêndice B – Questionário da Pesquisa

Perfil socioeconômico e demográfico

Questionário para traçar o perfil dos respondentes

1. Qual pós-graduação você está cursando? Escreva aqui:

2. Faixa etária:

- Até 25 anos
- De 26 anos até 30 anos
- De 31 anos até 35 anos
- De 36 anos até 40 anos
- Acima de 40 anos

3. Sexo:

- Masculino
- Feminino

4. Estado civil:

- Casado(a)
- Solteiro(a)
-
- União estável
- Separado(a)/divorciado(a)
- Viúvo(a)

5. Quantos filhos/dependentes você tem?

- 0 filho/dependente
- 1 filho/dependente
- 2 filhos/dependentes
- 3 filhos/dependentes
- Acima de 3 filhos/dependentes

6. Vínculo empregatício/ocupação:

- Empregado(a)/formal
- Autônomo(a)/informal
- Empresário(a)
- Empregado(a) (durante horário comercial) e dono(a) de negócio próprio (fora do horário comercial)

7. Faixa de renda:

- Até R\$ 1.800,00
- Entre R\$ 1.801,00 e r\$ 2.600,00
- Entre R\$ 2.601,00 e r\$ 4.000,00
- Entre R\$ 4.001,00 e r\$ 6.000,00
- Entre R\$ 6.001,00 e r\$ 8.000,00
- Entre R\$ 8.001,00 e r\$ 10.000,00
- Acima de R\$ 10.000,00

8. Tipo(s) de moradia(s):

- Própria quitada Própria
- financiada Alugada
- Familiar
- Outro tipo de moradia

9. Qual (ais) plano(s) de previdência você possui?

- Previdência Social
- Previdência complementar oferecido pela empresa/Fundo de Pensão Previdência
- privada do tipo VGBL
- Previdência privada do tipo PGBL Não
- possuo plano de previdência

10. Qual(ais) produto(s) de proteção você possui?

- Seguro de vida Seguro
- de automóvel Seguro
- residencial Plano de
- saúde
- Não possuo produtos de proteção

11. Qual(ais) tipo(s) de investimento(s) financeiro(s) você possui?

- Caderneta de Poupança LCA,
- LCI, CDB
- Títulos do Tesouro Nacional
- Fundos de Investimentos Ações
- Plano de Previdência do tipo VGBL ou PGBL Investimentos em
- imóveis para obtenção de renda Consórcio (qualquer tipo)
- Títulos de Capitalização Outros
- tipos de investimentos
- Não possuo investimento financeiro

12. Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa a sua situação?

- Não me preocupo com isso ainda
- Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo
- Já tenho um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria
- Tenho planos de começar a poupar para aposentadoria no futuro
- Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria

Dimensão conhecimento financeiro

Para cada uma das questões abaixo marque a que considerar correta.

13. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual valor você terá na conta poupança?

- Mais do que R\$ 150,00
- Exatamente R\$ 150,00 Menos
- do que R\$ 150,00
- Não sei

14. Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro neste período.

- Mais do que hoje
- Exatamente o mesmo
- Menos do que hoje
- Não sei

15. Suponha que José herde R\$ 10.000,00 hoje e Pedro herde R\$ 10.000,00 daqui a 3 anos. Em decorrência da herança, quem ficará mais rico?

- Pedro José
- Serão igualmente ricos
- Não sei

16. Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos. Porém, ao final de 15 anos, o total de juros pagos será menor. Considere um empréstimo de mesmo valor. Essa afirmativa é:

- Verdadeira Falsa
- Não sei

17. Considerando-se um longo período de tempo (Ex.: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?

- Poupança
- Ações
- Títulos públicos
- Não sei

18. Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?

- Poupança
- Ações
- Títulos públicos
- Não sei

19. Suponha que no ano de 2017 sua renda dobrará e os preços dos bens e serviços também dobrarão. Em 2017 o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?

- Mais do que hoje
- Exatamente a mesma coisa
- Menos do que hoje
- Não sei

20. Quando um investidor diversifica seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro:

- Aumenta
- Permanece inalterado
- Diminui
- Não sei

Dimensão atitude financeira

Para cada uma das questões abaixo marque qual é o seu grau de concordância. Considere a escala:
1 - Discordo muito; 2 - Discordo; 3 - Sem opinião; 4 - Concordo; 5 - Concordo muito.

21. É importante estabelecer metas financeiras para o futuro.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

22. É importante controlar as despesas mensais.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

23. Ao comprar a prazo, é importante comparar as ofertas de crédito disponíveis.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

24. Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, tendo a me preocupar muito com a decisão que tomei.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

25. Para mim é importante pagar a fatura integral do cartão de crédito mensalmente.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

26. Para mim é difícil construir um planejamento de gastos familiar.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

27. Disponho-me a gastar dinheiro em coisas que são importantes para mim.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

28. Acredito que a maneira como eu administro meu dinheiro vai afetar o meu futuro.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

29. Considero mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

Dimensão comportamento financeiro

Para cada uma das questões abaixo marque qual é o seu grau de concordância. Considere a escala:

1 - Discordo muito; 2 - Discordo; 3 - Sem opinião; 4 - Concordo; 5 - Concordo muito.

30. Anoto e controlo os meus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais).

Discordo muito Discordo Sem opinião Concordo Concordo muito

31. Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.

Discordo muito Discordo Sem opinião Concordo Concordo muito

32. Tenho um plano de gastos, orçamento e traço objetivos para orientar minhas decisões financeiras.

Discordo muito Discordo Sem opinião Concordo Concordo muito

33. Consigo identificar os custos que pago ao comprar um produto no crédito.

Discordo muito Discordo Sem opinião Concordo Concordo muito

34. Eu geralmente alcanço os objetivos que determino ao gerenciar meu dinheiro.

Discordo muito Discordo Sem opinião Concordo Concordo muito

35. Eu discuto com a minha família sobre como eu gasto o meu/nosso dinheiro.

Discordo muito Discordo Sem opinião Concordo Concordo muito

36. Pago minhas contas em dia.

Discordo muito Discordo Sem opinião Concordo Concordo muito

37. Eu guardo parte da minha renda todo mês.

Discordo muito Discordo Sem opinião Concordo Concordo muito

38. Gasto dinheiro antes de obtê-lo.

Discordo muito	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo muito
<input type="radio"/>				

39. Frequentemente peço dinheiro emprestado para a família ou amigos para pagar as contas.

Discordo muito	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo muito
<input type="radio"/>				

40. Eu analiso minhas contas antes de fazer uma compra grande.

Discordo muito	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo muito
<input type="radio"/>				

41. Todo mês tenho dinheiro suficiente para pagar todas as minhas despesas pessoais e as despesas fixas da casa.

Discordo muito	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo muito
<input type="radio"/>				

42. Eu evito comprar por impulso e utilizar as compras como uma forma de diversão.

Discordo muito	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo muito
<input type="radio"/>				

43. Eu pago as faturas do cartão de crédito integralmente para evitar a cobrança de juros.

Discordo muito	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo muito
<input type="radio"/>				

44. Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, por exemplo, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.

Discordo muito	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo muito
<input type="radio"/>				

45. Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.

Discordo muito	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo muito
<input type="radio"/>				

46. Possuo uma reserva financeira igual ou maior a 3 vezes as minhas despesas mensais, que possa ser resgatada rapidamente.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

47. Se eu perder minha principal fonte de renda, posso continuar a cobrir minhas despesas básicas sem qualquer tipo de empréstimo ou ajuda externa, pelo período de 6 meses.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

48. Antes de comprar alguma coisa verifico cuidadosamente se tenho condições.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito

49. Ao decidir sobre quais produtos financeiros ou empréstimos irei utilizar, considero as opções de diferentes empresas, financeiras e bancos.

Discordo muito

Discordo

Sem opinião

Concordo

Concordo muito